

-0. PR. 1975

# Esquerda Socialista

Director: Augusto Mateus



Órgão do Movimento de Esquerda Socialista

ANO I N.º 13/21 Janeiro 1975 Preço 3\$00

# 'a hora é de acção e não de palavras'

## EDITORIAL

A situação política no nosso país vai-se clarificando no agravar da crise política e económica em curso. As forças políticas vão-se definindo perante as massas trabalhadoras que vão percebendo quem está do seu lado numa luta que para muitos é já, sobretudo, uma luta pela sobrevivência.

DEFENDER A  
UNICIDADE E  
DEMOCRACIA  
SINDICAL -  
★ LUTAR  
POR UM  
SINDICALISMO  
DECLASSE!

O avanço da burguesia e da reacção capitalista não se pode desprezar, sobretudo, numa situação onde, desde a hierarquia reaccionária da Igreja aos partidos fascizantes passando por grupúsculos auto-proclamados em vanguardas do proletariado e pelos partidos burgueses da coligação todos se aliam no combate à unicidade

Como em todas as situações em que estão em jogo opções decisivas, a luta política intensificou-se gerando uma situação em que o combate à confusão que os partidos burgueses tentam lançar no seio dos trabajado-

res é tarefa de grande importância.

A denúncia de forças como o P.P.D. tem de ser feita com cada vez maior vigor. Depois de ter acção decisiva no golpe de Palma Carlos que se traduziria num adiamento das eleições e no caminhar para um regime autoritário e repressivo vem agora exigir as eleições. Depois de ter passado despercebido no 28 de Setembro vem agora alertar contra possíveis golpes. Depois de ser o principal defensor de leis anti-operárias, como a lei da greve, vem agora falar em liberdades. O P.P.D. mostra-se cada vez mais como um dos apoios da burguesia financeira para tentar esmagar a luta dos trabalhadores.

Mais importante do que a denúncia daquele partido cor-de-laranja é a denúncia doutro partido burguês que enfeitando-se de vermelho e dizendo-se socialista se tem vindo a definir claramente como força contra-revolucionária. Dominado pelo pânico anti-comunista, o P.S. é neste momento um partido ao serviço da burguesia contra os interesses dos trabalhadores.

É pois tarefa de todos os revolucionários denunciar e isolar forças políticas desta natureza, forças políticas que de uma forma ou de outra representam os interesses do grande capital e do imperialismo internacional, forças políticas que estão empenhadas numa estratégia eleitoralista que pretende a todo o custo impôr uma estabilização política à custa da miséria e do silêncio dos trabalhadores.

Continua na pág. 2



AMÍLCAR CABRAL

Completaram-se ontem, dia 20, dois anos sobre o assassinato de Amílcar Cabral, barbaramente pensado e executado pelas forças colonialistas portuguesas.

Numa altura de alegria, em que o povo da Guiné-Bissau está finalmente livre do colonialismo e o povo de Cabo Verde caminha a passos rápidos para a independência sob a direcção do P. A. I. G. C., do qual Amílcar Cabral foi um dos fundadores e Secretário-Geral até ao momento do seu assassinato,

o Movimento de Esquerda Socialista saúda o exemplo que aquele revolucionário nos soube deixar — a sua luta consequente contra o imperialismo, o colonialismo e o fascismo.

O M. E. S. aproveita a oportunidade para saudar também o povo da Guiné-Bissau e das ilhas de Cabo Verde e a sua vanguarda revolucionária, o P. A. I. G. C., e para lhes garantir, mais um vez, todo o apoio que lhes pudermos prestar, dentro do princípio do internacionalismo proletário que defendemos.



# EDITORIAL

sindical em nome da liberdade anti-comunista e anti-operária.

É dever dos revolucionários saber distinguir o inimigo fundamental, sobretudo em momentos de crise política.

É dever dos revolucionários saber distinguir o inimigo dos momentos fundamentais da sua luta.

**É dever dos revolucionários não sacrificar os interesses dos trabalhadores à luta partidária e ao sectarismo.**

As organizações revolucionárias que têm uma linha política bem definida podem travar no terreno correcto, que é o de resposta aos problemas concretos dos trabalhadores e o da luta de massas, a luta contra o reformismo. As organizações pseudo-revolucionárias que constroem a sua linha política na base do anti-revisionismo, que muitas vezes descaem em anti-comunismo, estarão sempre reduzidas à crítica do reformismo exterior ao próprio processo da luta de classes e à mentira mesquinha e ridícula.

Na actual situação política o «purismo» só é possível para quem se fecha na exemplaridade das lutas de vanguarda, sendo importantes, acabaram sempre por ser isoladas se se descurar a luta política global contra as forças da burguesia.

Por estar com o P. C. P. na defesa da unidade sindical o M. E. S. não deixou nem deixará de criticar as suas perspectivas estratégicas e táticas não deixou nem deixará de alertar os trabalhadores para os perigos dum capitalismo burocrático de estado de fachada socialista, não deixou nem deixará de lutar contra o controlo partidário do movimento sindical, pela democracia interna dos sindicatos e por um verdadeiro sindicalismo de classe.

Porque estamos empenhados na defesa dos interesses de classe dos trabalhadores estaremos em cada momento tático com todas as forças que defendam as posições que servem os trabalhadores e ataquem as intenções da burguesia dominante.

Porque estamos empenhados em contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento dum poderoso movimento de massas anti-capitalista não desprezamos a luta de massas porque sabemos que é aí que o proletariado organizará a sua vanguarda de classe que o conduzirá à tomada do poder e ao socialismo.

Porque estamos empenhados no aprofundamento das condições mais favoráveis de luta criadas pelo 25 de Abril não subestimamos, nem desprezamos o papel dos oficiais progressistas do M.F.A. na tomada de posições e medidas concretas que vão de encontro aos interesses dos trabalhadores, como a posição agora assumida de defesa da unidade e de democracia sindicais.

Porque estamos seriamente empenhados na luta dos trabalhadores pela libertação da exploração e opressão capitalistas, não transigiremos no ataque a todas as manobras de divisão dos trabalhadores e na defesa do objectivo tático global da luta pelo socialismo: a criação do poder operário e popular forjado na luta de massas em torno de objectivos anti-capitalistas, e na resolução dos problemas imediatos que se colocam de maneira cada vez mais grave às classes trabalhadoras em Portugal.

Na luta por estes objectivos estaremos com todos os que queiram avançar na concretização desta tarefa decisiva.

## O campesinato pobre e a luta pelo socialismo

Sobre a questão dos camponeses pobres, (pequenos proprietários e rendeiros), sua posição de classes e seus possíveis papéis na caminhada para o socialismo, algumas breves considerações se justificam.

O facto de serem trabalhadores produtivos, a sua situação de oprimidos e desfavorecidos, frequentemente em situação económica tanto ou mais difícil que a dos assalariados, tornam-nos aliados potenciais dos operários, rurais e urbanos, na luta pela construção do seu projecto histórico revolucionário: o Socialismo, o Comunismo.

Mas forçoso e útil é reconhecer que a posição destas camadas no processo produtivo não é semelhante à dos assalariados. Assim, o facto de não trabalharem para um patrão, o facto dos mecanismos da exploração serem menos evidentes, faz com que o projecto de uma sociedade sem classes não lhes surja como única solução com a mesma clareza com que surge aos olhos dos assalariados. Pelo contrário o facto de serem pequenos empresários fá-lo-los raciocinar dentro de uma lógica capitalista e o receio de perderem o que conseguiram juntar e lhes valendo para viver (embora miseravelmente) torna-os de certo modo permeáveis a demagógicas propagandas reacionárias.

Só tendo clara consciência de tudo isso se pode avançar em termos correctos a aliança destas camadas com o proletariado.

As alianças não se constroem a partir de discursos

ou acordos celebrados em gabinetes; pelo contrário só se efectivarão se soubermos avançar objectivos comuns, realçando as mútuas vantagens das actuações em que se traduzem.

estrutura da produção, de modo a ir vencendo o espírito individualista e o apego à terra através da prática do trabalho em comum com a subsequente distribuição, por todos,

ressos dos pequenos pudessem triunfar sobre os dos grandes, é palavrado oco, votado ao fracasso; é demagogia sem futuro.

ENGELS em a «Questão Camponesa em França e



Assim:

Se é importante demonstrar que a situação económica dramática em que se encontram não resulta de qualquer má vontade dos deuses mas é fruto directo da desordem capitalista onde de a única lei respeitada é o «salve-se quem poder»; E se é importante mostrar que este estado de coisas só será definitivamente ultrapassado com a criação de uma sociedade em que os trabalhadores tenham a decisão e o controlo de toda a economia;

Torna-se indispensável definir de imediato tarefas e objectivos que unam estes trabalhadores ao proletariado.

A luta pelo saneamento dos circuitos de distribuição, contra o intermediário especulativo, é um dos objectivos que podem ligar os produtores do campo aos proletários — camponeses. Defendemos o controlo total do Estado sobre o comércio grossista e uma reorganização global dos circuitos de distribuição de modo a que sejam salvaguardados os interesses tanto dos produtores como dos consumidores e garantindo-se a participação organizada de todos eles no seu funcionamento e gestão.

Também a luta por objectivos comuns, a nível do local de habitação (fornecimentos de águas, esgotos, estradas, etc), pode ser importante factor de unificação entre os vários sectores explorados pelo capitalismo.

Mas mais importante será ir alterando desde já a

quantos trabalharam, do produto desse trabalho.

Neste sentido defendemos a criação de cooperativas que, para que avancem, terão de ter largo apoio do Estado, tanto técnico como económico, após esse que deverá ser condicionado ao cumprimento de certos princípios, nomeadamente o que afirma como critério fundamental de fixação da remuneração de cada um o trabalho desenvolvido e não o capital com que tenha entrado.

Projectos como este poderão de início encontrar certa resistência (talvez não tanta como se poderia pensar). Será decisivo que se afirme com clareza que em sistema capitalista os pequenos produtores são uma classe condenada à miséria, quando não ao desaparecimento.

Factor importante para conquistar esses pequenos produtores em situação de miséria, para tais projectos será o exemplo de cooperativas piloto funcionando nos moldes indicados a criar em terrenos que sejam propriedade do Estado ou que este exproprie e para tal efeito.

Pôr em prática projectos como este exige trabalho e estudo, é certo. Mas para situações complexas não há remédios simples. Pelo contrário afirmar, por si só, o anti-monopolismo, que pouco significado tem em zonas onde nem sequer há latifúndios; ou defender acerrimamente os interesses empresariais destas camadas, como se alguma vez, em capitalismo os inte-

na Alemanha» afirma:

«Dados os preconceitos provenientes de toda a situação económica, educação, modo de viver isoladamente e alimentado pela imprensa burguesa e pelos grandes latifundiários, não podemos conquistar a massa dos pequenos camponeses de um dia para o outro se lhes fazemos promessas que sabemos não poder cumprir. Somos obrigados a prometer-lhes não só protecção para a sua propriedade em todos os casos contra os poderes económicos que a assaltam e até de libertá-la de todos os encargos que actualmente a oprimem; transformar o caseiro num proprietário livre e pagar as dívidas do proprietário cuja terra está sobrecarregada de hipotecas. Se pudermos fazer isto, voltaremos necessariamente ao ponto de partida de um movimento que necessariamente levou ao estado actual. Não teríamos libertado o camponês, ter-lhe-íamos concedido um quarto de hora de oração!

[...] E essencial fazermos compreender aos camponeses que só poderemos salvar e conservar a sua propriedade transformando-a numa propriedade e numa exploração cooperativa.»

Sejamos claros: unidade sem princípios é demagogia. Só a classe operária tem, para a sociedade, um projecto global revolucionário: O Socialismo. E as alianças só serão correctas na medida em que contribuam para a construção deste objectivo que tem de surgir com clareza.

### COMÍCIOS DO M.E.S. ESTA SEMANA

#### SEDES

**Beja** — Praça da República, 34

**Castro Verde** — Rua Nascimento Costa

**Faro** — Rua Castilho, 9  
**Guarda** — Rua Marquês de Pombal, 65

**Lisboa** — Av. D. Carlos I, 146-1.º dto. Telef. 607127 e 607128; Rua Rodrigues Sampaio, 79-r/c Telef. 535438

**Portalegre** — Rua da Oliveira, 61

**Porto** — Rua 31 de Janeiro, 150-2.º Telef. 319569

**Seia** — Rua Capitão António Dias

**Peniche** — Rua Salvador Franco, 54

**Ponta Delgada** — Rua Tavares Resende, 100

### Sessão em Castro Verde

Com o objectivo de divulgação da linha política do nosso movimento pós-congresso, a organização Regional do Baixo Alentejo levou a efeito nos dias 3 e 7 do mês em curso sessões de esclarecimento em Castro Verde e Casével.

Com a presença de algumas centenas de participantes (Castro Verde, 600; Casével, 150), sobretudo rurais, foram abordados os seguintes pontos:

- O M.E.S., a actual situação económica-política e a construção do socialismo;
  - A organização nos camponeses;
  - A saúde e a sociedade capitalista.
- Foram tratados também diversos problemas locais, com intervenções da assistência, deveras interessadas.

Sábado 25/1 21.30 Viana do Castelo

Sábado 25/1 21.30 Portalegre

Sábado 25/1 21.30 Setúbal

Domingo 26/1 17.00 S. Pedro do Sul

Domingo 26/1 21.30 Castelo Branco

Domingo 26/1 21.30 Évora

Por lapso tipográfico, o último número de Esquerda Socialista veio a público com o n.º 11 em vez de n.º 12. Aqui fazemos a devida rectificação.

# Angola — uma nova fase de luta

A Cimeira do Algarve entre os movimentos de libertação angolanos e o Governo português significou um passo importante, se bem que modesto, na caminhada para a independência real de Angola. O «acordo» tático entre as forças em presença, embora longe de ter resolvido as contradições fundamentais, mas também longe de ter banido a concorrência na luta pelo Poder, pode vir a ser um passo em frente na emancipação real do povo angolano.

Com efeito, a estratégia spinozista da defesa intransigente do Atlântico Sul e da Rota do Cabo com os apoios mestres do Brasil e do Zaire, como zona de controlo de bloco do imperialismo, e de que foram escadadas importantes os encontros com Nixon nos Açores (tenha-se presente a clamorosa denúncia pública de Otelo Saraiva de Carvalho, da incomformidade de Spínola perante a inevitabilidade dos acordos de Lusaca), e com Mobutu no Sal, bem como a vinda a Lisboa de delegados de grupos fantoches em nada relacionados com a luta de libertação nacional (entre os quais alguns conspiradores ligados à intencional abortada em Angola depois do 28 de Setembro, como António Ferronha, secretário de um tal P. D. C. A., ex-preceptor dos filhos de Mobutu), a estratégia spinozista, dizíamos, tentava essencialmente a neutralização, ou pelo menos a subalternização do M. P. L. A. aos instrumentos do imperialismo. As manobras de Chipenda, plenamente desmascaradas com a inclusão na sua delegação ao Congresso do M. P. L. A. de mais de uma dezena de in-

filtrados do F. N. L. A. e em Kinschaca com o próprio Holden Roberto e com Chipenda (1).

Se bem que gorada a tentativa de marginalização do M. P. L. A. nas negociações, não conseguiu o M. F. A. recuperar todos os estragos do spinozismo em matéria de descolonização. Mas a Cimeira do Algarve, se não foi por este e outros motivos um golpe nas pretensões imperialistas relativas a Angola (longe disso!), não deixou de se saldar por um avanço das próprias forças anti-imperialistas, personificadas no Algarve não só pelo M. P. L. A., mas indirectamente pela sombra progressista do M. F. A., que nunca ali deixou de pairar, forças essas que acabariam ali por se impor e liderar mesmo a parte final da Cimeira. A demonstração está o ponto que fixa a presença de tropas portuguesas em Angola até à independência, que não deixa de constituir, paradoxalmente, um golpe nas pretensões estratégicas do imperialismo.

E aqui há que falar claro: o grande equívoco e o grande alibi desta cimeira, co-

# NÃO às intrigas

— Nos últimos meses, e fundamentalmente, desde o seu primeiro Congresso Nacional, o Movimento de Esquerda Socialista conseguiu alcançar uma importância política de relevo, uma implantação crescente nas massas trabalhadoras e uma consolidação organizativa vidente.

Tal facto parece assustar alguns órgãos da Imprensa, desde a Imprensa burguesa até à pseudo-popular; alguns jornalistas utilizam o sensacionalismo, a especulação e a provocação não só como consequência da ideologia burguesa dos órgãos da Informação em que se aliena e alienam quotidianamente os leitores, mas também como arma que serve intenções bem determinadas, típicas da reacção capitalista organizada ou dos pseudo-burgueses radicais em crise grupacular.

Fazendo coro com as manobras desse jornalismo decadente, o Diário de Lisboa de ontem (dia 15 de Janeiro) publica uma notícia em 3 parágrafos, intitulada «Ex-dirigentes deixam o M.E.S.», que, pela gravidade que assume, não pode passar em claro, até porque é incluída num jornal de grande tiragem.

No seu primeiro parágrafo essa notícia afirma que 40 militantes dos M.E.S. abandonaram a organização. Subtilmente introduz entre parêntesis a expressão «número não confirmado», o que poderá ser para salvaguardar

da ambição imperialista «zairense». Dizemos «zairense» pois em matéria militar, mais do que em qualquer outra, é difícil demarcar onde começa e acaba a linha divisória entre Mobutu e Holden Roberto, e as suas respectivas forças militares.

Por outro lado, importa apontar este papel das tropas portuguesas apenas como possível, sendo embora provável. Neste sentido convém esquecer a existência da U. N. I. T. A., de comprovada conveniência ao exercício colonial português (recordem-se as incontestáveis cartas publicadas por **Afrique-Asie**), hoje não inesperadamente apoiada pelas minorias brancas exploradoras (o caso do conspirador que

tanto, a hegemonia progressista do M. F. A. no seio das Forças Armadas Portuguesas, ao impor à F. N. L. A. a presença de tropas portuguesas até à independência, veio pelo menos estragar o jogo de Holden Roberto, cujos homens recrutam neste momento já nos arredores de Luanda adolescentes de 14 e 15 anos para «treino» (1), e desencorajar qualquer tentativa de Savimbi de se voltar a servir do Exército Português para qualquer espécie de fins que não sejam os da descolonização efectiva.

No que respeita à questão do poder militar, que foi afinal e será o fulcro da questão angolana, a cimeira oferece um balanço modesto mas concretamente positivo, abrindo de futuro perspectivas que não podem deixar de ser encaradas com optimismo, na medida em que estabelecem condições de avanço para a luta política que, neste momento, se irá intensificar, podendo mesmo vir a tornar-se decisiva.

Tudo indica, portanto, que a luta anticolonial, tarefa de todos os militantes de esquerda consequentes, está longe de se esgotar no próximo futuro, no que diz respeito a Angola. Antes pelo contrário, ela entra agora numa nova fase profundamente ameaçadora mas ao mesmo tempo dispende de aberturas que urge serem exploradas convenientemente. Após a primeira etapa da luta pela independência nacional, em que alianças táticas por vezes se impõem com inúmeros riscos, nova fase de luta anti-imperialista se apresenta, em que os objectivos de eliminação de toda a exploração do homem pelo homem continuam a pôr-se e a exigir a solidariedade internacional e proletária.

consequências, para insinuar que o número talvez seja maior, ou para servir esses dois objectivos. Tal é completamente falso. O Secretariado da Comissão Política Nacional do M.E.S. desmente essa insinuação e, visto que considera que o Diário de Lisboa não pode afirmar sem provar, exige a publicação dos nomes desses tais 40 «militantes-fantasma». Espera-se que o Diário de Lisboa não veja a utilizar nomes que o M.E.S. desconheça (certo semanário referindo-se a ex-militantes do Movimento falou há semanas em certas personagens que nunca fizeram parte desta Organização...).

No segundo parágrafo afirma o «redactor»: «entre estes contam-se César de Oliveira, Jorge Sampaio, João Benard da Costa e Luis Salgado Matos, que se desligaram do M.E.S., não como facção dissidente, mas por terem cada um idênticas razões políticas». Este parágrafo é ainda mais provocatório que o primeiro. Assim:

«João Benard da Costa não fazia parte aquando do Congresso de qualquer estrutura do Movimento. Efectivamente o seu nome já não constava da lista de militantes recenseados para a 3.ª Assembleia Nacional de Militantes efectuada em Novembro, visto ter-se desligado do trabalho efectivo alguns meses antes. É portanto inteiramente falso que fizesse parte da «d direcção anterior ao Congresso» e que tenha abandonado «recentemente» o M.E.S.

— César de Oliveira e Jorge Sampaio (juntamente com Joaquim Mestre e José Manuel Galvão Teles) enviaram uma carta à Comissão Política do M.E.S. em que solicitavam o abandono do estatuto de militante; João Cravinho tomou a mesma posição; visto que em ambas as cartas os signatários manifestavam o desejo de não tornar público o seu conteúdo o M.E.S. limitou-se a considerar tal facto como um assunto interno à Organização e aos seus militantes. No entanto, o M.E.S. lamenta que César de Oliveira tenha publicamente feito «apreciações» à Organização servindo-se da sua qualidade de ex-militante e que tendo sido já algumas vezes citado em órgãos da Imprensa os nomes de alguns destes ex-camaradas em notícias e análise extremamente incorrectas, nenhum deles se tenha ali aqui manifestado.

— Luis Salgado Matos faz parte do Governo de Transição de Moçambique o que torna ainda mais grave a mentira do «jornalista» que não hesitou em prejudicar o processo de descolonização para atingir o M.E.S.

— Além disso o confusãoismo deste parágrafo e do ridículo da «prosa» é patente ao dizer-se que estas quatro pessoas se teriam desligado do M.E.S., «não como facção dissidente, mas por terem, cada um, idênticas razões políticas». Que quererá dizer-se com isto?...

— O terceiro parágrafo é a síntese de todas as provocações e confusões anteriores. Assim:

«O jornalista afirma ter contactado «dois dos referidos militantes do Movimento» mas não diz de quem se trata. Curiosa esta forma de informar!

Segundo o jornalista diz, esses tais «dois ex-militantes» teriam considerado não ser o momento próprio à divulgação pública das motivações do seu afastamento nem a formulação de «especulações» sobre o assunto, pois que se tratava de uma questão interna. Mas nem mesmo assim o jornalista cede e apesar de tudo não hesita em especular.

Para terminar:

— O M.E.S. repudia qualquer tentativa divisionista e responderá violentamente a futuras provocações, pois os seus militantes estão empenhados na luta do proletariado português pelo Socialismo e pelo Comunismo, e não tolerará serem alvos de calúnias ou manobras de diversão venham elas donde vierem.

— O M.E.S. espera que os próprios trabalhadores do Diário de Lisboa evitem de futuro que qualquer oportunista e sensacionalista infiltrado na redacção do jornal possa utilizá-lo para atacar com notícias falsas uma Organização Política que luta pela Conquista do Poder pela classe operária e os seus aliados, pelo Socialismo e pelo Comunismo.

— O M.E.S. considera que no momento em que alguns partidos burgueses (pseudo-socialistas e pseudo-revolucionários) têm ou tiveram sérios problemas internos, há quem gostasse que também em relação ao M.E.S. a intriga política, a conversa de bastidor e o consequente enfraquecimento organizativo nos atinchesse. Declaramos com firmeza não admitir que qualquer campanha desse tipo passe sem uma resposta decidida. O Secretariado da Comissão Política Nacional do Movimento de Esquerda Socialista



filtrados da F. N. L. A. e com a sua recentemente anunciada adesão à própria F. N. L. A., não são alheias a este plano.

A queda de Spínola veio permitir ao M. P. L. A. a sua recolocação

no plano que lhe compete. E é justo assinalar, dentro deste esforço, o importante papel de Melo Antunes nos acordos secretos de Alger, e de Rosa Coutinho no próprio terreno de confrontação em Angola, ambos a contrabalançar com Mário Soares, que se avistou em Tunes com dele-

recentemente revelou ter aderido à U. N. I. T. A. logo que a contactou, é apenas um exemplo), gozando mesmo de certas simpatias junto de certos sectores de militares portugueses em Angola, e cujas raízes históricas não deixam de entroncar na longínqua U. P. A. de Holden Roberto.

A não exclusão de uma aliança entre a U. N. I. T. A. e a F. N. L. A. — se se com a mesma possibilidade de uma instrumentalização das tropas portuguesas por parte da U. N. I. T. A. No en-

NOS TÊXTEIS

# a luta avança

O sector dos têxteis tem sido um daqueles onde o 25 de Abril mais se tem feito sentir. Ramo onde a mecanização é baixa, onde apenas a sobre-exploração de uma mão-de-obra paga ao preço da subsistência permitia a rentabilidade de pequenas empresas sem condições e na maior parte dos casos, mal geridas. Os salários eram a tal ponto incrivelmente baixos que compen-sava trazer os panos cortados do estrangeiro para os cozer, fazer acabamentos e voltar a empacotar e transportar para o país de origem, para a venda. Dentro deste sistema a Sogantal mais não é do que um exemplo, pois os casos são às centenas.

Este ramo ilustra bem um facto que muitos parecem querer escamotear: Que os pequenos patrões não exploram menos do que os grandes!

Por vezes é mesmo ao contrário, visto que as condições anti-económicas em que gerem as suas empresas os obrigam a ir buscar aos salários dos operários o que se perde com má gestão. E não têm capacidade económica para satisfazer as reivindicações mais elementares. Serão estas as razões da crise e da vaga de despedimentos que todo o sector conhece neste momento? Sim mas não só. Digamos que estes

factores se somam a todos aqueles que são próprios do patronato em geral: ganância, violações várias das suas próprias leis burguesas (burtas, desvios, falsificações fraudulentas, remunerações não indicadas, etc., sem falar já na arrogância que os leva a preferirem maiores prejuízos à «fronteira» do satisfazerem as justas reivindicações daqueles que, com o seu trabalho, sempre lhes enchem os cofres.

**A LUTA  
PELO 13.º MÊS**

No Norte do País, o sector dos têxteis, que conta com cerca de 60 000 trabalhadores sindicalizados está em luta. Tudo começou com a reivindicação do 13.º mês. É uma aspiração que em muitos sectores se encontra já há muito satisfeita. Mas tal não acontece nos têxteis. Os patrões dizem que não dá, que não pode ser, o tempo vai passando e nunca mais se resolve nada... A resistência

dos patrões aumento por que eles compreendem que se aceitam o 13.º mês, terão de aceitar o ACT que dizem não poder pagar. Os trabalhadores começaram a movimentar-se ameaçadoramente. Na sequência desta atmosfera densa, foi marcada para sábado 11, para a delegação do Ministério do Trabalho, uma reunião entre Sindicatos e Grémio. Para esta reunião tinha havido

ampla mobilização entre os trabalhadores para apoiar a negociação com a sua presença em frente do edifício. Aparentemente desta movimentação pois que os trabalhadores estavam a pedir para não trabalhar no sábado, os patrões contactaram o Ministério do Trabalho para adiar a reunião e a mudar para Lisboa. Pretendiam com isto, desmobilizar os trabalhadores, evitando expor-se a uma manifestação operária que se apresentava como pouco lisonjeira para Suas Excelências.

O Ministério cedeu, tendo contactado a delegação

**NÃO VIERAM?  
VAMOS BUSCÁ-LOS**

Os dirigentes sindicais não aceitaram a nova data marcada mas propuseram sexta-feira 17 desde que a reunião se realizasse no Porto, o que foi aceite.

Mas quem já estava farto de adiamentos sem obter respostas eram os trabalhadores que muito justamente se indignaram por os patrões não terem comparecido. — Não vieram? Vamos buscá-los — foi a palavra de ordem que espontaneamente se impôs à enorme massa de trabalhadores que nesta altura já ultrapassava as 5000 pessoas. E foi assim que se organizou uma extensa manifestação que se encaminhou para o Grémio respectivo. Porém alguém se encarregara da caridosa tarefa de avisar os patrões de modo que, quan-

do Porto a transmitir as «novas ordens». Desta decisão foram avisados os industriais, mas não os sindicatos. Assim, foi no próprio sábado, cerca de meia hora antes da reunião, que os dirigentes sindicais foram avisados da nova marcação. Encaminharam-se para o Ministério na intenção de saberem as razões de tal decisão. Durante tal conversa, onde receberam como única resposta «que tinham sido ordens», foram chegando muitos trabalhadores que se foram concentrando em frente do edifício.

do a manifestação chegou ao Grémio já este se encontrava vazio. Depois de uma pequena hesitação, e ultra-

passando mais uma vez os seus dirigentes sindicais que estavam pouco dispostos a aventuras daquelas, os trabalhadores invadiram as instalações do Grémio, decidindo ocupá-las até à satisfação da sua reivindicação de pagamento do 13.º mês relativo a 1974. Nesta ocupação foi encontrada uma bobina gravada que mais exaltou os ânimos. Ela reproduzia uma reunião do Grémio onde alguns industriais discutiam as reivindicações dos operários. Aí se dizia: — Nós ainda somos uma classe dominante: damos se quisermos; os trabalhadores não têm força nenhuma, limitam-se a meia dúzia de cabeceiras que os excitam, etc., etc., etc.

Entretanto constituiu novo motivo de indignação a chegada de efectivos da P. S. P. que se colocaram em frente das instalações. Os milhares de pessoas que ali se mantinham sem arredar pé desataram a gritar: fora com a Política que é do patrão! Queremos as Forças Armadas! Não atendendo à vontade popular, os polícias começaram a identificar as pessoas que saíam. Esta atitude pidesca produziu tal reacção nos presentes que a P. S. P. se viu obrigada a ir-se embora.

Entretanto chegou o chefe da P. S. P. (com farda do Exército) que se dirigiu aos trabalhadores, os ouviu e tentou convencê-los a abandonar as instalações. Os trabalhadores responderam que só dali sairiam depois de terem falado com os industriais.

**SÓ SAÍMOS QUANDO TUDO ESTIVER RESOLVIDO**

Acabou por se realizar uma reunião entre o delegado do Ministério do Trabalho e os dirigentes sindicais, no seguimento da qual o delegado se dirigiu ao Grémio repetindo aos trabalhadores reunidos o que já se dissera aos dirigentes que todos os esforços seriam feitos, que se marcava nova reunião, etc., etc.) e tentando convencê-los a desocuparem as instalações.

Os trabalhadores é que continuavam pouco dispostos a mais adiamentos. Em coro gritaram: Não! Não! TEM DE SER HOJE! E logo aqui ficaram organizados piquetes de modo a garantir a ocupação que ainda se mantém.

Entretanto a reunião combinada com os delegados sindicais para sexta-feira no Porto foi transferida pelo ministro para Lisboa. Pretendia evitar-se a presença dos trabalhadores? Mas não chegou a haver propriamente reunião

visto que foram recebidos primeiro industriais (mais de 1 hora) e depois dirigentes sindicais (nem 10 minutos). Foi quase garantido que os industriais dos têxteis, algodões e fibras estariam dispostos a ceder, até porque a Confederação da Indústria (C. I. P.) estaria interessada em solucionar o caso. (!) Mas os trabalhadores exigem que também o regime se estenda às malhas.

A reunião foi marcada para 2.ª-feira 20 em Lisboa, mas a sua realização estaria dependente de uma condição dificilmente aceitável pelos trabalhadores: a prévia desocupação do Grémio. Assim não se sabe se chegará a realizar-se.

Mas os trabalhadores continuam unidos e sabem que só a firme determinação na luta os conduzirá à vitória. Sabem que se não forem eles a resolver os seus problemas ninguém o fará. E encontram-se dispostos a ir até ao fim.

**SOLIDARIEDADE  
PRECISA-SE**

Os vendedores do Torralla, face à proibição pelo Estado de qualquer transação e não auferindo outra remuneração senão as percentagens de venda, encontram-se numa situação cujo dramatismo é patente. Comparando-se aos seus colegas de empresa consideram-se em situação inferior pois que sem assistência, sem sindicalização nem ordenado estão completamente sujeitos aos bons e aos maus ventos do mercado.

No enanto de alguns meses para cá têm sido obrigados a apresentar-se todas as manhãs a hora fixa na empresa e a elaborar diariamente um relatório. Isto só demonstra que, por um lado lhes aumentam as obrigações para com a firma (o que parece constituir uma identificação destes trabalhadores com os restantes) e por outro, quanto aos direitos, é a marginalização absoluta. Desgastados já em inúmeras petições e variadas conversas, resolveram agora pela ocupação das suas instalações na R. Gonçalves Crespo. Exigem a sua admissão na empresa em termos efectivos, com os direitos de trabalhador da Torralla que são:

- Na sua opinião é a eles que a Torralla se deve, pois que foram o fundamental veiculo da entrada dos capitais e das poupanças que fizeram a empresa que agora, abrangendo agora milhares de trabalhadores os repudia a eles.

O «Esquerda Socialista» tem

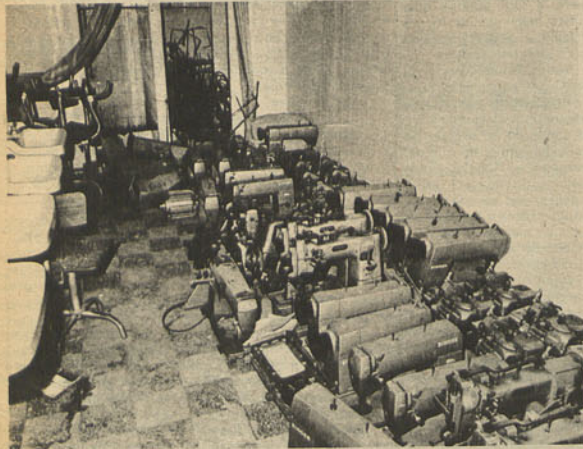
como princípio e método de intervenção não se isencuir paternalisticamente nas lutas desenvolvidas pelos trabalhadores, pois julga que os eles se podem conduzir ao melhor e naturalmente e julgar conveniente para eles a utilização.

Não quer no entanto deixar de fazer algumas considerações gerais sobre os processos de luta, julgando poder por este modo ajudar os vendedores da Torralla a prescrever os seus problemas no conjunto dos conflitos em que a oposição Capital-Trabalho é o ponto de partida.

Julgamos pois, que só a integração dos vendedores no esforço comum dos trabalhadores da Torralla pela nacionalização da empresa e o melhoramento das condições de vida e de trabalho de todos, poder dar ao conjunto a força necessária.

São de alguns milhares, entre serviços e operariado, o número de pessoas ligadas aos empreendimentos. A luta de um só sector, neste caso, não pode sob pena de inconsequência, sobreviver isoladamente. A unidade com os sectores operários é fundamental para além da força numérica, as armas fundamentais de acção e direcção para a luta global que se acelera entre o capital e o trabalho.

Ao «S.» não lhe compete avançar mais, se não as saudações revolucionárias e o apoio às lutas na Torralla.



## vigilância gráfica

NÃO!  
à propaganda reaccionária

O programa da Lista «B» das próximas eleições do Sindicato Nacional das Artes Gráficas, para além das questões fundamentais propostas, comuns a todas as listas trabalhadoras, contém ideias progressistas que importa salientar. Neste sentido, contactámos João Candeias do Carmo (componente da lista B) para uma troca de impressões acerca do «seu» Programa.

**Esquerda Socialista** — Quais são, sendo tu candidato da lista «B», os pontos mais importantes do vosso Programa?

**J. Candeias do Carmo** — Podemos dividir o Programa em vários grupos. Defendemos a **unidade e a unicidade** (Ponto 1.) para atingirmos um desejo antigo de todos os Gráficos e que o fascismo sempre contrariou: a **Unificação de todos os Sindicatos Gráficos** (P. 13.) e, mais tarde o **Sindicato da Indústria Gráfica** (P. 14.).

**E.S.** — Certamente, que res desenvolver estes pontos...

**J. C. C.** — Basta, para is-

so, ler o nosso Programa. No ponto 1., ao falarmos em **sindicato unido e sindicato único**, pensamos que convém que os dirigentes não caiam na sedução da aventura e sigam caminhos perigosos ao espírito da unidade e à luta contra o patronato, sendo a unicidade a resposta adequada ao estado de superior desenvolvimento da organização sindical. Assim, a unidade e a unicidade não de levar-nos a concretizar os pontos 13. e 14., pelos quais tornaremos os organismos de base distrital num poderoso Sindicato, de âmbito nacional, e daqui ao Sindicato da Indústria

Gráfica, em que terão lugar, desde os trabalhadores da indústria do papel, todos os outros operários que de qualquer forma tenham actividades afins às Artes Gráficas.

**E.S.** — E quanto à vigilância anti-fascista?

**J.C.C.** — É o ponto 4. do Programa; nessa vigilância já os Gráficos deram provas da sua maturidade política, negando-se a colaborar na divulgação de obras ou propaganda fascista e reaccionárias.

Além do que já fizemos, ou da reacção, com uma especial atenção para a actual «inundação» de revistas pronográficas, que consideramos mais um «golpe» do capital, afim de desviar ou afastar as classes trabalhadoras da sua verdadeira luta.

**E. S.** Seguidamente, do vosso Programa, que pontos queres abordar?

**J. C. C.** — É também importante estar atentos a todo e qualquer género de manobras do fascismo portante a **Contratação colectiva** (P.5.) no qual lutaremos pela Unificação de todos os contractos colectivos; Uniformização de salários; Proibição de despedimentos sem justa causa; 30 dias de férias com 100 por cento de subsídio; Melhor regulamentação do trabalho feminino; Melhor remuneração do trabalho extraordinário (como maneira de desencorajar o patronato de tal hábito, obrigando-o a optar pela criação de mais postos de trabalho); Atualização constante dos salários em relação ao aumento do custo de vida e 13.º mês. Ainda neste grupo, teremos de salientar: o **Direito à greve** (P. 6.) pois, no momento em que o patronato se reorganiza em

associações há que lutar contra todas as limitações que possam enraquecer e limitar o direito à greve; e **direito ao trabalho**, em que julgamos essencial a reciclagem dos progressistas gráficos, a classificação obrigatória (à saída da Alfindega) da maquinaria para a indústria gráfica; a obrigatoriedade das firmas vendedoras fornecerem ao sindicato as características da mesma maquinaria. Também o **seguro de desemprego** (P. 10.) que pode perfeitamente funcionar como travão às prepotências patronais, pois as paralizações temporárias para além da diminuição da sua resistência, poderão levar o trabalhador a tornar-se num agente inconsciente dos interesses da classe oposta.

**E.S.** — Chegamos assim ao último grupo...

**J.C.C.** — Que será melhor dividir em dois. No primeiro, a **Criação de quadros sindicais** (P. 2.), pois se reconhece não ser possível um sindicato funcionar com eficácia dispondo apenas dos clássicos componentes, tendo neste aspecto os delegados sindicais e os delegados dos trabalhadores, actuando no interior das empresas, um decisivo papel a desempenhar e a **Dinamização sindical** (P. 3.), pois só um sindicato dinâmico dará resposta adequada a todas as situações de combate tão peculiares à luta de classes, que conduzirá o operariado às grandes vitórias sobre o patronato.

**E.S.** — Entramos, então, na segunda parte do último grupo. Que tens a salientar?

**J.C.C.** — Para além do **Reorganização dos serviços administrativos** (P. 12.), que

terão de corresponder inteiramente às necessidades e exigências dos sindicalizados e dos **Meios de comunicação e actividades culturais e recreativas** (P.12.) em que se incluem o aperfeiçoamento do órgão informativo sindical, a informação constante aos associados, a dinamização cultural e recreativa, parece-nos também serem tarefas importantes: a **Elaboração de novos Estatutos** (que correspondam às exigências do processo revolucionário em curso e defendam os naturais interesses dos trabalhadores, os quais devem e podem colaborar na sua redacção) e a **Nova Regulamentação da Carteira Profissional** (substituindo a actual ficha pidesca por um simples cartão sindical, de fins identificativos).

**E.S.** — «Extra-programa», há mais a dizer?

**J.C.C.** — Há e muito importante: Queremos criar, de forma definitiva a **Escola de Artes Gráficas**, que sempre nos prometeram e nunca conseguimos ter. Aliás, só o pouco tempo que tivemos para a elaboração do nosso programa, juntamente com todos os outros problemas, nos fez omitir este assunto.

**E.S.** — E sobre o acto eleitoral?

**J.C.C.** — Que todos os Gráficos, agora finalmente livres, votem; que, ao fazê-lo, tenham bem presente o momento que vivem; que a lista vencedora, orientando a vida do nosso sindicato, deverá cumprir o programa que apresenta; que a direcção eleita nunca poderá mandar, mas somente trabalhar, segundo o desejo, a vontade e a ajuda de todos os associados.

## OS BANCÁRIOS DO PORTO

Os trabalhadores bancários do distrito do Porto elegeram, na passada semana, a direcção do seu sindicato, tendo saído vitoriosa a lista «B» — Lista da Classe.

Os novos dirigentes do Sindicato dos Bancários afirmam-se defensores da unicidade sindical, ao contrário do que foi insinuado pela Imprensa, nomeadamente pelo jornal «República», órgão do P. Socialista, que dava a entender tratar-se de uma lista do famigerado «Socialismo em Liberdade», o que não é bem o caso.

Neste momento, em que se trava uma luta decisiva dentro dos diversos sindicatos para que seja garantido o controlo das cúpulas sindicais pelos trabalhadores, para que seja uma realidade o poder dos trabalhadores dentro das estruturas sindicais, para que os sindicatos sejam efectivamente organismos de luta dos trabalhadores e não organismos destinados a servir de carne para canhão quando as cúpulas desligadas das bases ou os partidos que se reclamam da classe operária decidirem, tem um especial significado a posição a que aderiu a maioria dos trabalhadores bancários, elegendo uma direcção que se propõe defender intransigentemente a democraticidade interna dos sindicatos.

É de realçar também o facto de, da lista vencedora, fazer parte o ex-ministro do Trabalho e actual director da «Avançada», órgão da Intersindical, Avelino Gonçalves.

Passamos a seguir alguns excertos dos dois principais documentos que a lista eleita para o Sindicato publicou antes da realização das eleições: «Somos pela unidade sindical de todos os trabalhadores explorados e contra todas as manobras divisionistas dos que pretendem vários sindicatos para cada classe, o que só serviria os interesses dos patrões.

«É a história do movimento sindical que nos mostra a necessidade dos trabalhadores se unirem e organizarem na luta contra a exploração; quando essas condições se não verificam é o capital que vence.

«Por isso nos recusamos, todos nós temos que recusar aquelas posições que defendem a organização sindical dos trabalhadores por tendência política, aquelas posições que sob a capa do «pluralismo», da «liberdade», das normas sindicais da O. I. T., sabotam a unidade dos trabalhadores.

«É certo que a maioria das direcções sindicais também dizem defender a unidade, no en-

tanto pela falta de apoio às lutas (ITT, TAP, JG, LISNAVE, SPA, etc.), contribuem na prática para a divisão dos trabalhadores, quando é na luta que se fundamenta a unidade dos mesmos.

«E se defendemos uma só Intersindical, em que exista democracia interna e respeito pelas minorias, não concordamos, por exemplo, que esta tivesse convocado uma manifestação antigreve.

«Estamos conscientes que foi e será através da luta, não com vitórias, mas também com derrotas que os trabalhadores aprendem a dirigir greves e sindicatos e aprendem também a reconhecer quem são os seus verdadeiros amigos e defensores.

Tudo o que divide os trabalhadores explorados, serve a burguesia e contribui para a manutenção do regime de exploração capitalista.

## SINDICALISMO DEMOCRÁTICO.

Corrente sindical defensora de que «quem manda nos sindicatos são unicamente os trabalhadores», e para tal submete os problemas importantes à discussão e votação dos mesmos (é evidente que para admitir um empregado ou alugar uma casa não se vai consultar

os trabalhadores).

«Assim, esta corrente, não pode ser controlada nem dirigida por partidos políticos, o que, porque é expressiva da vontade dos trabalhadores, a qual é revolucionária, não aceita a evolução ou reformas do sistema capitalista mas sim o seu fim de uma forma planificada.

«Defende um sindicalismo vertical (por ramos de actividade), isto é, quer o trabalhador seja motorista, porteiro, ou telefonista ou mecânico, desde que explorado pelo mesmo tipo de patrão, deve estar inserido no mesmo sindicato, para que, melhor organizado, possa derrubar a classe exploradora.

«Conscientes dos interesses que o patronato tem em dividir os trabalhadores e certos de que, só com uma unidade de acção poderemos defender-nos eficazmente do capitalismo reaccionário, apelamos para uma luta unitária independentemente das concepções religiosas e políticas de cada um.

«Entendemos que a unidade se constrói a partir das lutas desenvolvidas a nível de empresa, como reflexo da participação esclarecida e esclarecedora de todos, discutindo amplamente os problemas e res-

peitando a decisão final da maioria.

«Por unicidade entendemos ser a resultante da unidade dos trabalhadores na luta contra o patronato, reflectindo-se numa única central sindical (Intersindical).

«Alguns dos fundadores e dos mais assíduos participantes, desde a primeira hora, no apoio, desenvolvimento e incentivo à Intersindical, fazem parte da Lista da Classe e respectivas Comissões de Apoio. Sempre participarem nas reuniões, quer na semilegalidade, quer na clandestinidade. Mesmo depois de afastados pelo governo fascista, do legítimo exercício das suas funções de Corpos Gerentes do nosso Sindicato, sempre apoiaram e defenderam a Intersindical, como movimento sindical unitário independente de partidos políticos, patronatos e Governo.

«Propomos ser intransigentes defensores nas reuniões da Intersindical de que, as leis ou projectos de lei de interesse para a classe trabalhadora, sejam discutidos e se necessário denunciados pelos próprios trabalhadores.»

Por um Sindicato Democrático

Pela Unidade Construída na Luta

## OPÇÃO EM ELEIÇÕES SINDICADAS

# UNICIDADE SIM!

Num momento em que as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores se vão agravando pelo desenvolvimento da crise económica e num momento cada vez mais decisivo para a luta da classe operária e seus aliados pela libertação da exploração e opressão capitalista, a questão da unicidade sindical tem sido, e continua a ser, uma questão dominante e de grande importância para a evolução da situação política, no nosso país.

Em torno da unicidade sindical faz-se uma opção de classe.

No actual momento político, defender a unicidade sindical na lei é defender os interesses dos trabalhadores, é lutar contra as infiltrações burguesas e patronais no seio do movimento sindical. No actual momento político, não defender ou atacar a unicidade sindical na lei é abrir as portas ao pluralismo sindical, é tentar controlar partidariamente os sindicatos, é fazer o jogo da burguesia dividindo os trabalhadores. Com efeito não há posição intermédia possível entre unicidade e pluralismo sindical. Atacar a unicidade sindical invocando a liberdade sindical é efectivamente a posição que neste momento defendem os interesses da burguesia e daqueles que consideram o reformismo como o inimigo fundamental, levam a sua incapacidade e miopia ao ponto de se aliarem às forças burguesas na tentativa de divisão dos trabalhadores que teriam a «liberdade» de se repartirem pelos vários sindicatos controlados pelo respectivo partido e até pelo patronato. Se a unicidade só por si não garante a liberdade sindical o ataque da unicidade visa impor a liberdade do patronato e dos seus representantes políticos enfraquecerem a organização dos trabalhadores.

Em Portugal, neste momento, combater a unicidade sindical é combater a liberdade sindical e contribuir para a recuperação política pela burguesia da crise que atravessa.

## Ataque à classe operária

A unicidade sindical deriva da identidade de interesses da classe operária e do conjunto dos assalariados. Qualquer ataque à unicidade sindical é também um ataque aos interesses de classe dos trabalhadores seja qual for a justificação em que se apoie e, como tal, tem de ser considerado contra-revolucionário.

Se a opção entre unicidade e pluralismo sindical é decisiva, a luta não se esgota na defesa da unicidade sindical na lei.

Pretender encerrar a questão nas virtualidades da central sindical única é o mesmo que fazer das liberdades democráticas um fim em si mesmo e não um meio para o avanço da organização e da luta das classes trabalhadoras. Uma central sindical única, só por si, não garante a defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores. Uma central sindical única só por si não garante um sindicalismo de classe, o alinhamento do movimento sin-

dical no combate anticapitalista. Para o provar basta olhar para a realidade mundial capitalista para ver centrais sindicais únicas fazerem o jogo do patronato; e para as actuações incorrectas que a Intersindical teve não apoiando e atacando as lutas de vanguarda dos trabalhadores, nem tomando posição contra leis anti-operárias como a lei da greve.

Lutar pela unicidade sindical na lei só é correcto lutando igualmente pela inclusão na lei de normas que facilitem o combate pela democracia sindical. Do nosso ponto de vista não basta que a lei sindical contenha o princípio da unicidade. É fundamental que a lei sindical contenha o princípio da eleição dos delegados sindicais pelos trabalhadores que representam, o princípio de que os órgãos de decisão são as assembleias sindicais (gerais, de delegados ou de empresas), o princípio da representatividade na vida sindical de todas as tendências que se expressem nomeadamente nas eleições sindicais (o que poderia ser obtido através da criação de um órgão fiscalizador, constituído de forma proporcional).

O combate a travar no campo sindical no interior dos sindicatos e da Intersindical, é um combate pela democracia sindical e contra o controlo partidário sobre movimento sindical. Impor as forças da burguesia a unicidade sindical não basta; é necessário também impor o controlo dos trabalhadores sobre a vida sindical, eplo funcionamento democrático dos sindicatos, às forças que fazem destes correias de transmissão partidárias.

## NÃO ao Dirigismo

Da vitória neste combate depende o papel que a unicidade sindical pode desempenhar na evolução dos sindicatos em Portugal: o reforço da linha actualmente prevalecente na Intersindical e num número significativo de sindicatos ou a construção de um verdadeiro sindicalismo de classe, independente dos partidos políticos, do patronato e do Estado.

Esta luta trava-se no seio dos trabalhadores e das suas organizações sindicais e não exteriormente nem através de profissões de fé sobre o sindicalismo de base. Se a construção da democracia sindical visa o controlo dos trabalhadores sobre a vida sindical e o combate ao dirigismo e ao controlo partidário a opção fundamental



DO MOVIMENTO SINDICAL É ENTRE CONCILIAÇÃO DE CLASSES E LUTA ANTICAPITALISTA: É assim que o combate a travar no campo sindical se enquadra na perspectiva mais vasta da necessidade de retirar a condução da luta de massas ao reformismo.

Da vitória neste combate dependem os avanços para um sindicalismo vertical que reforce a união dos trabalhadores e assegure a hegemonia operária no movimento sindical. Este é mais um campo onde se prova que a mera existência de uma central sindical única nada nos assegura: na Intersindical não só predominam as posições dos sindicatos dos trabalhadores dos serviços, como a sua existência, e a de uniões regionais, em nada contribuíram para a reconstrução sindical que substitua a estrutura sindical fascista (baseada nos sindicatos horizontais ou de profissão e na divisão dos trabalhadores por imensos sindicatos) para uma nova estrutura sindical baseada em sindicatos verticais ou de actividade.

A defesa da unicidade sindical é, portanto, um primeiro passo no combate decisivo que há a travar no terreno sindical. Defender hoje, não apenas a unicidade sindical na lei, mas também normas que garantam a democracia interna dos sindicatos, é defender a construção de um verdadeiro sindicalismo de classe onde a unicidade sindical é uma componente da unidade que interessa construir a unidade revolucionária da classe operária e dos seus aliados na luta pelo socialismo. Unidade que não se confunde com unicidade nem é garantida por esta, antes se constrói na prática da luta quotidiana contra a exploração e a opressão.



# LISBOA

A manifestação de luta pela unicidade sindical, que teve lugar na passada semana, constitui uma importante prova de força por parte das classes trabalhadoras, unidas contra o inimigo comum: as forças da burguesia que tentam, no campo sindical, jogar na divisão dos trabalhadores.

Cerca de 150 000 trabalhadores desceram pois à rua, com cartazes, bandeiras e punho erguido, percorrendo as ruas desde o Martim Moniz até à Praça de Londres, encerrando com um comício breve. Foi a manifestação de massa mais numerosa desde o 25 de Abril, com conteúdos políticos mais avançados;

na rua já não se viu o burguês liberal e «democrata» (como no 1.º de Maio) que, desta vez, recolheu cedo a casa. No início da manifestação, os estudantes de Lisboa, finda a reunião plenária e sob proposta dos Núcleos Estudantis de Intervenção Política, exprimiram também eles, massivamente, a sua adesão à luta dos trabalhadores, distribuindo comunicados sob a actual situação do ensino, em que se propunham contribuir com a sua luta para o avanço da luta mais geral contra o capitalismo.

M. E. S., tendo apoiado a manifestação convocada pela Intersindical, fé-lo consciente da natureza de classe que nesse momento reveste a defesa da unidade sindical; mas fé-lo também com palavras de ordem autónomas que foram repetidas por milhares de trabalhadores que aderiram às perspectivas revolucionárias que o M. E. S. aponta para a luta sindical.

Com palavras de ordem como **Contra o Capital, Unidade Sindical e Democracia Sindical**, defendendo um sindicalismo de classe, o M. E. S. aponta a questão fundamental, a batalha decisiva a travar no seio dos sindicatos e da Intersindical. No mesmo sentido aponta a palavra de ordem **Lutar, Criar Poder Popular**, de particular significado na actual fase da luta de classes, que impõe a organização de contrapoderes operários e populares que

sejam, desde já, centros de poderes autónomos das massas trabalhadoras.

A participação do M. E. S. visou ainda apontar a urgência da luta contra os despedimentos (**Trabalho Todos, Despedimentos Nem Mais Um**) e definir como objectivos para a luta dos trabalhadores a **nacionalização da banca e dos seguros e a expropriação dos latifúndios**.

Para os que deste modo se manifestaram na rua juntamente com aqueles que ali estavam em resposta à convocação da Intersindical e como militantes das outras organizações políticas que apoiaram a manifestação, a luta não era apenas contra as forças da burguesia, mas também contra as do reformismo. E este combate assume um sentido decisivo pois é travado no campo da luta de massas.

Os militantes do M. E. S. defendem uma posição distinta da posição das outras forças políticas favoráveis à unicidade sindical na lei. Simplesmente o M. E. S. não sacrifica a luta dos trabalhadores à luta partidária, o que o leva a reconhecer a importância de emparceirar com as outras forças políticas que se mostrem dispostas a atacar o poder da burguesia. Assim o M. E. S. continuará sempre a defender as posições mais favoráveis à luta dos trabalhadores — unicidade e democracia interna dos sindicatos — seja quem

for que o apoie no caso concreto.

Unicidade e democracia são, de facto, as condições indispensáveis para garantir a verdadeira liberdade sindical e um combate eficaz contra o controlo partidário sobre os sindicatos, o que permitirá a criação de um sindicalismo de classe controlado pelos trabalhadores, que terá um papel muito importante na luta anticapitalista e na construção da unidade revolucionária dos trabalhadores.

# BEJA

Convocada pela União dos Sindicatos do Sul, e apoiada pelo MES P. C. P. e M. D. P., à semelhança do que aconteceu em Lisboa, realizou-se em Beja, no passado dia 14, uma manifestação a favor da unicidade sindical.

Estiveram presentes cerca de 2 mil trabalhadores que desfilaram pelas ruas da cidade gritando palavras de ordem, tais como: os Bancos para o povo, já; contra o capital, unicidade sindical; M. F. A., M. F. A. abaixo a exploração capitalista.

Antecedendo a manifestação, realizou-se um comício em que usaram da palavra representantes de vários sindicatos e das organizações políticas.

Reproduzimos a seguir as declarações proferidas na altura pelo militante do M. E. S.

Camaradas:

Em nome do Movimento de Esquerda Socialista, quero saudar os trabalhadores e as organizações políticas, que hoje aqui vieram erguer bem alto, a bandeira da unicidade sindical, e assim quiseram mostrar que a classe operária e os trabalhadores, não estão dispostos a deixar-se dividir, na sua luta contra a

burguesia cápitalista. Camaradas:

Portugal atravessa neste momento uma grave crise económica. O fascismo, pela protecção que deu à burguesia portuguesa, permitiu-lhe realizar grandes lucros, à custa de unidades industriais e agrícolas atrasadas tecnologicamente e intensivas em mão-de-obra barata.

Mas esta situação não podia durar sempre: A concorrência das empresas estrangeiras (mas bem apetrechadas tecnologicamente), a guerra clonial e as crescentes movimentações populares, colocaram o sistema fascista em causa. O 25 de Abril é produto desta situação de crise.

Hoje os capitalistas procuram reverter o seu aparelho produtivo e adaptá-lo ao padrão europeu, em que desejam integrar-se. Do ponto de vista dos trabalhadores, essa reconversão traduz-se em: — Despedimentos colectivos.

— Subida do custo de vida (como meio que os patrões têm para superar a subida dos salários alcançada pelos trabalhadores nas suas lutas).

— Aumento dos ritmos de trabalho

— Repressão às lutas dos trabalhadores.

Mas, para que deste modo fazerem pagar aos explorados e oprimidos a crise que o capitalismo atravessa, a burguesia necessita que os trabalhadores estejam divididos. Daí, a sua luta contra a unicidade sindical, tentando impôr o pluralismo sindical em nome das liberdades democráticas, como se para os trabalhadores, liberdade não significasse o direito de estarem unidos na luta contra a exploração capitalista.

Camaradas:

Temos de saber desmascarar esses nossos falsos amigos que dentro e fora do Governo, nomeadamente o P. P. D. e o P. S. que mais não fazem do que defender os interesses dos patrões.

Mas atenção camaradas: a unicidade sindical nada representa se dentro dos sindicatos não existir uma verdadeira democracia, e se essa unicidade não servir para unir os trabalhadores em objectivos de luta

que ataquem o poder do grande capital.

Numa altura em que o Governo Provisório e o M. F. A. discutem o Plano Económico de Emergência, as massas populares devem exigir que essa discussão seja tomada pública, para que as medidas económicas que daí saíam sirvam efectivamente os seus interesses.

Mas para tomar medidas económicas profundas, é necessário dinheiro e esse dinheiro encontra-se nos Bancos e nas companhias de seguros. Se o Governo quer realmente fazer inflectir o sentido da economia portuguesa é necessário nacionalizar imediatamente os Bancos e as companhias de seguros.

No entanto, isso não chega: Se o dinheiro dum Banco nacionalizado vai ser investido em empresas dos Melos e Champallimauds, são eles apenas que vão ganhar com isso. Por isso as indústrias básicas devem ser também nacionalizadas, assim como os latifúndios devem ser expropriados. Outras medidas se impõem também neste momento:

— O controlo do Estado sobre o comércio externo e o comércio interno de produtos essenciais.

— A proibição do «lock-out» e dos despedimentos colectivos.

Camaradas:

São estas medidas que permitirão atacar decisivamente o poder do grande capital.

A luta pela unicidade sindical só tem sentido se for uma forma de unir as massas trabalhadoras em torno destes objectivos de luta. E só estes objectivos de luta farão com que a reconversão capitalista não se faça à custa dos trabalhadores e que o socialismo co-

mece a ser uma realidade no nosso País.

Camaradas:

— Viva a Unicidade Sindical

— Viva o apoio do M. F. A. à luta dos trabalhadores

— Abaixo os despedimentos colectivos

— Abaixo o aumento do custo de vida

— Abaixo o capitalismo

— Viva o socialismo

— Viva o comunismo

# SIM! DEMOCRACIA E CONTROLE DE BASE. POR UM SINDICALISMO DE CLASSE

# NA COVILHÃ FÁBRICA OCUPADA

Na Covilhã, a fábrica do sr. J. Duarte encontra-se ocupada pelos trabalhadores como resposta às manobras do patrão que não paga ordenados há 5 semanas.

Depois de uma viagem a Lisboa para falar com o Governo, os trabalhadores perante a ausência de medidas concretas decidiram tomar nas suas mãos a condução do processo. E.S. recolheu o depoimento dos trabalhadores da fábrica:

E.S. Desde quando não recebem ordenado?

R. Desde o 22 de Novembro. E não recebemos o subsídio de férias nem o subsídio de Natal, é claro.

E.S. Que disse o Ministério sobre a situação na altura em que foram a Lisboa tratar do caso?

R. No Ministério do Trabalho, expusemos a situação, apresentámos os nossos casos, e perguntei ao sr. ministro qual era a

pessoa responsável por esta situação. Ele não me deu resposta. A única coisa que disse é que ia ver o que se ia fazer. E daqui não saiu. Nós, é claro, esperávamos uma posição do sr. ministro, bem vê, deslocámo-nos até Lisboa e esperávamos ir no regresso já com uma satisfação, pois isso não aconteceu. Se viemos desagrados para Lisboa, pior ainda no regresso. De maneira que nada se concretizou. Nada.

E.S. Vocês falaram mesmo com o capitão Costa Martins?

R. Absolutamente, falámos mesmo com ele, com o ministro do Trabalho, portanto.

E.S. E o que é que ele disse textualmente?

R. Nada. Lamos ver o que se podia fazer.

E.S. Não falaram com o secretário do ministro Álvaro Cunha?

R. Na parte da tarde fomos ao Palácio de S. Bento, era para falar com o ministro Álvaro Cunha. Mas encontrava-se na altura no Conselho de Ministros. Só pudemos falar com o secretário do ministro Álvaro Cunha. Pusemos todas as nossas reivindicações como o patrão (sr. João Duarte) apresentou a sua tese, de maneira que o secretário de Álvaro Cunha afirmou: pois é, Joões Duartes há cá milhares. Esse foi o ponto mais aberto.

E.S. O patrão também vos acompanhou a Lisboa na visita ao secretário do Álvaro Cunha?

R. Sim, ele e o cunhado, um juiz.

E.S. Ao ministro do Trabalho também foi com vocês?

R. Sim, precisamente as mesmas pessoas.

E.S. O Sindicato dos Lanifícios tem apoiado a vos-

sa luta na fábrica?

R. O Sindicato dos Lanifícios começou a alertar-nos para a nossa situação, tem-nos dado muito apoio, nunca nos negou nada, absolutamente nada. De maneira que se mais não foi, foi porque nós não consentimos que fizéssemos. Eles queriam criar fundos, nós sempre a aguardar as promessas do patrão, a pensar que a coisa se ia resolver no imediato. Nós não queríamos de maneira nenhuma que o Sindicato entrasse em acção com circulares a angariar fundos. E até tenho uma coisa a frisar nisto. Até este momento, nunca nós pedimos nada ao Sindicato no que toca a fundos. A única coisa que pedimos ao Sindicato foi para ir a Lisboa e pedimos dinheiro para a deslocação, visto que não o tínhamos. Não houve nem uma recusa. Nada. Arranjaram-nos logo para a deslocação 4 mil escudos, dizem do que se não chegasse arranjava-se mais. Dissemos que chegava. Lançaram circulares para a rua a denunciar as manobras do patrão.

## O PATRÃO MANOBRAS SEGUNDO OS SEUS INTERESSES

Vieram pessoas da Juventude Operária Católica que tinham conhecimento que o patrão tinha em casa uma costureira e que ganhava até o salário mínimo. E depois é claro foi ao meu patrão e ele confirmou que tinha lá em casa essas costureiras. Fomos falar com o filho do patrão e ele também confirmou. E foi precisamente nessa altura que nós ocupámos as instalações.

## FALTA SOLIDARIEDADE OPERÁRIA

E.S. Os outros sectores de trabalho aqui da Covilhã têm, sem ser dos lanifícios, contribuído com alguma ajuda para os operários da fábrica?

R. Já contribuíram os estudantes e professores do curso diurno da Escola Industrial Campos Melo com uma quantia quase inespérada e tivemos outra oferta de Lisboa: foi a fábrica Manuel Diniz que respondeu com uma importância de 3 mil e tal escudos.

E.S. Sabe como se processou esse contacto com Lisboa? Foi através do Sindicato?

R. Não, foi um trabalhador da nossa firma que tem um irmão lá Manuel Diniz e lhe escreveu e mandou circulares.



E.S. Chega-se à conclusão que, ao nível de solidariedade, os operários de Lisboa foram mais prontificados a ajudar do que os próprios trabalhadores da Covilhã?

R. Bom, é que há muitas firmas na Covilhã que recebem à quinzena e ainda não puderam fazer nada. Houve ainda o caso de uma firma que contribuiu só com 40 escudos.

E.S. Você sabe quantos operários tem essa firma?

R. Não faço ideia, mas tenho desgosto porque queríamos desmascarar esses trabalhadores, dizendo que nós não andamos a pedir esmola a ninguém. O que nós queremos é o apoio e a presença de todos os trabalhadores da indústria de lanifícios.

## URGENTE: A ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA

E.S. Houve organizações aparte do Sindicato dos Lanifícios que tivessem apoio a vosso luta?

R. Que eu tenha conhecimento só o M.E.S. E.S. E o M.J.T.?

R. Não.

E.S. E os moços da J.O.C.T.?

R. Esses vieram, mas esse não são uma organização política. Ofereceram-se para tudo o que fosse preciso, que estavam dispostos para tudo; e fizeram muita propagação.

## E O FUTURO?

E.S. Que pensam vocês do futuro?

R. Bom, fizemos uma reunião com a direcção do Sindicato confocou nas instalações da firma e vimos na reunião que fomos esperar mais uma semana por um tal subsídio às pequenas e médias empresas — que a entidade patronal disse estar garantido. Caso isso não aconteça, fazemos uma sindicância às escritas e depois faz-se outra reunião para tomar uma solução.

E.S. Mas vocês já pensaram, entre vocês todos, numa solução viável?

R. Nós pensamos em vender o que haja, uma vez que não nos pagam os ordenados. E se conseguirmos vender com a ajuda do Sindicato sempre é um caminho!

E.S. E então vocês já

pensaram em começar a trabalhar por vossa conta, começarem a organizarem-se como Comissão de Gestão da empresa?

R. Esse é um caminho maravilhoso, mas não há muitas hipóteses porque nos falta o capital e não podemos formar com os nossos ordenados; bem vê, é preciso ver que o cliente não paga logo, é preciso esperar, quer dizer, apresentam-se muitas dificuldades e uma pessoa não consegue resolvê-las.

E.S. Então se o patrão não resolver o problema, o mais certo é vocês ficarem desempregados!

R. Bom, esse ponto está mesmo à vista. Não vejo outra hipótese.

# Pescadores organizam-se para a luta

Várias centenas de pescadores da Póvoa de Varzim e Vila do Conde (Caxinas e Poço da Barca) estão desde o começo do ano em luta, reivindicando melhores condições salariais, melhores horários de trabalho, lutando contra os despedimentos e pela readmissão dos camaradas despedidos sem justa causa, e exigindo a extinção do aviltante trabalho das mulheres na praia.

A importância desta luta está de facto nos conteúdos reivindicativos e nas formas organizativas assumidas. Objectivos tais como a emancipação da mulher do trabalho escravizante de «assentadeira» que lhe estava até hoje reservado, como a luta contra o desemprego, como o ataque à dependência do mestre (mesmo nos dias de descanso) e a exigência de extensão do descanso semanal, traduzem bem o carácter qualitativo da luta, que se não confina de forma alguma a aspectos puramente económicos, muito embora sejam as reivindicações salariais que constituem o ponto quente da batalha, no qual os patrões se pretendem intrinsecamente o último reduto.

Até agora, após uma resistência compacta às manobras divisionistas dos patrões, entre os quais é de realçar a tentativa de recolha de assinaturas para um texto nem sequer escrito, e às ingerências oportunistas de representantes do chamado sindicato «livre» dos Pescadores (defenso-

res do pluralismo sindical), os trabalhadores do mar obtiveram já uma vitória sobre grande parte das suas reivindicações, e conseguiram registar um avanço organizativo muito significativo com a criação local de uma Comissão Pró-Sindical dos Pescadores da Póvoa de Varzim e de Vila do Conde.

Assim, os pescadores da Póvoa de Varzim e Vila do Conde estão hoje mais do que nunca em condições de avançar no terreno da luta na prossecução dos objectivos que se propõem.

A intransigência perante a arrogância do patronato que chega ao despedimento de trabalhadores por participarem em actividades de agitação, obrigou já a cedência em muitas reivindicações e constituiu uma garantia importante de comemoração de mais uma vitória em matéria salarial.

Com efeito, os pescadores pretendem acabar com as condições de sobre-exploração que se traduzem na questão das partes a distribuir entre a armação,

o «mestre» e os membros da «companhia» na proporcção de metade para os tripulantes (incluindo o próprio «mestre») e outra metade para o barco, sistema ainda largamente difundido na maioria dos portos piscatórios do País. Os «mestres» que são muitas vezes armadores, chegam muito frequentemente a auferir mais de 50 por cento do volume da produção.

A isto contrapõem os pescadores uma nova distribuição, com trinta por cento apenas para o barco e para o «mestre» e 70 por cento a dividir em partes iguais pelos tripulantes exigindo contemporaneamente o pagamento salarial de 127\$00 para os dias de trabalho em terra, bem como o pagamento dos dias de greve.

Com a coesão e combatividade até hoje demonstrada, os pescadores do norte, estão decididos a prosseguir e tudo indica que, uma vez mais, o capital sairá enfraquecido e reforçado o poder de luta para futuras batalhas que é imprescindível travar.



# O LUTAR CONTRA A EXPLORAÇÃO E A INTERVENÇÃO DO GOVERNO O DIREITO A ASSISTÊNCIA MÉDICA-HOSPITALAR SEM DISTINÇÃO DE CLASSE

Os trabalhadores da clínica de Santa Cruz ao tomarem consciência da necessidade de transformação da clínica de luxo num instrumento voltado para a satisfação das necessidades de saúde da população trabalhadora, têm visto no apoio activo da população de Carnaxide a solidariedade que um todos os explorados e oprimidos contra o inimigo comum: o capitalismo e toda a organização capitalista, seja no campo da saúde, habitação, transportes ou ensino.

Como ilustração do apoio popular, transcrevemos excertos de um comunicado da Comissão de Moradores de Carnaxide:

Os trabalhadores pretendem transformar uma clínica para burgueses endinheirados, num hospital ao serviço do povo. — Pedindo a intervenção do Estado no sentido da completa apropriação da clínica e a sua integração no Serviço de Saúde Nacional.

Nessa tarefa exaustiva de vigilância, suportando a angústia de um futuro incerto e as privações provenientes de quase três meses de vencimentos em atraso, os trabalhadores da clínica de Santa Cruz vêm aproximar-se momentos particularmente difíceis com o escasseamento dos viveres para a sua subsistência.

O povo de Carnaxide, acompanhando de perto e com ansiedade essa luta, que também é sua, não os deixará esmorecer.

A Comissão de Moradores apela para todos no sentido de se dirigir em massa à clínica de Santa Cruz, transportando tudo quanto possam oferecer em géneros e alimentos confeccionados, de modo a nada faltar a quem abnegadamente se bate por um problema que é de todos.

Com o nosso apoio, a clínica será o «Hospital 25 de Abril» de raiz popular e ao serviço integral do Povo Português.

Carnaxide, 11 de Janeiro de 1975

Ao definir a luta pela saúde como parte integrante e indissociável da luta mais vasta pelo socialismo, nunca deixou o grupo de saúde do M. E. S. de, em cada momento, tentar precisar quais as conquistas parciais (no campo da saúde) que representam avanços concretos naquela luta. A luta autónoma dos trabalhadores da clínica de Santa Cruz, constitui um processo exemplar. Ao mesmo tempo que desenvolvem a sua luta contra os baixos salários, os despedimentos a discriminação social e o desemprego, pretendem que estas medidas sejam atingidas através da transformação da clínica de Santa Cruz, de clínica de luxo ao serviço dos privilegiados, em hospital do Estado ao serviço da população.

É por isso que a luta autónoma dos trabalhadores da clínica de Santa Cruz se pode, no momento, traduzir por uma frase que é palavra de ordem:

— Nacionalização imediata!

## A HISTÓRIA DA CLÍNICA

Aberta há cerca de 3 anos, por um grupo de

médicos-donos-accionistas, a clínica de Santa Cruz é um complexo hospitalar luxuoso com instalação e equipamentos únicos no País, ao qual como é óbvio só têm acesso as classes privilegiadas.

Aberta com um capital social de 40 000 contos não totalmente realizado e com um «défice» de 70 000 contos veio, por erros de administração e falta de planeamento, em apenas 10 meses de vida a ter mais 25 000 contos de prejuízo. Mas, nesses mesmos 10 meses, os médicos particulares recebem mais ou menos 10 000 contos de honorários clínicos! Em princípios de 1973 já se falava em falência! Surgiu assim para cerca de 300 trabalhadores o espectro do desemprego.

A situação dos trabalhadores da clínica de Santa Cruz era, na altura do 25 de Abril, semelhante à dos outros trabalhadores. Assim cerca de 60 por cento ganhava menos de 3000\$00 por mês, sendo entre 40 e 50 por cento os que ganhavam 2000\$00. Agravando esta situação existia um verdadeiro clima de repressão, exercida pela superintendente de enfermagem e

seus auxiliares, com a complacência dos representantes da administração.

## OS TRABALHADORES ORGANIZAM-SE

Após o 25 de Abril por iniciativa de um grupo de trabalhadores dos serviços de apoio geral, com a adesão de alguns médicos assalariados da clínica (residentes) e do grupo de ex-auxiliares de enfermagem convocou-se uma reunião geral de trabalhadores para estabelecer formas de organização que permitissem não só acabar com o clima de repressão existente mas também elaborar um caderno reivindicativo a apresentar à administração. Foi eleita uma comissão de trabalhadores e mais tarde apresentado o caderno reivindicativo que, entre outros pontos, englobava:

1.º exigência do salário mínimo nacional  
2.º pagamento de subsídio de férias a 100 por cento e do 13.º mês

3.º medidas de nivelamento social: 40 h semanais, distribuição de «pontos» igual para todos os trabalhadores

4.º assistência médica especializada para todos os trabalhadores

5.º saneamento da superintendente de enfermagem.

Perante o caderno reivindicativo, a administração praticamente só discutiu o problema do saneamento. Perante isto, decidiram os trabalhadores começar a estabelecer contactos com o secretário de Estado da Saúde (dr. Galhordas) com vista à rápida nacionalização da clínica o que traria como consequências imediatas:

1.º garantia de emprego e pagamento de salários  
2.º colocação da clínica ao serviço das classes desprivilegiadas.

Estas negociações nunca conduziram a resultados positivos. Perante a indiferença da administração em dar resposta às reivindicações dos trabalhadores decidiram estes em Julho ameaçar de paralisação de trabalho o que levou, em menos de 48 horas, à satisfação quase total do caderno reivindicativo.

## ADMINISTRAÇÃO CONTRA-ATACA...

Em Agosto o conselho de administração afirmou que ou reestruturava a clínica em moldes de «esta passar a dar lucro» ou declarava falência. Para essa reestruturação ser possível era pedido aos trabalhadores que estivessem 3 meses a receber metade do ordenado o que estes recusaram. Em fins de Setembro tudo continuava na mesma e aos médicos residentes (15) é feita uma proposta que consistia em não receber ordenado tendo, daí a uns meses, participação nos lucros. Isto foi encarado pelos médicos assalariados como sendo despedimento sem justa causa no que a administração esteve de acordo, prontificando-se a pagar as respectivas indemnizações. Como tal compromisso não foi cumprido, os médicos contactaram o sindicato e não se consideraram despedidos.

No entanto, a irregularidade no pagamento dos salários acentuava-se: os trabalhadores não recebiam no fim do mês.

Neste impasse chegou-se mesmo a receber ordenado por prestações até 15 de cada mês.

## DESPEDINDO

Dada a incapacidade do conselho de administração para resolver o que quer que fosse, resolveu dar pelos poderes a um dos médicos-patrões.

Começou então a fase de repressão com métodos ainda não esquecidos. Despediram-se trabalhadores por necessidade de compensação de despesas! (Chega a ser ridículo que com este argumento se despedissem apenas 6 elementos da comissão dos trabalhadores). Estes despedimentos foram considerados despedimentos políticos pelos trabalhadores em assembleia geral e de acordo com os sindicatos consultados resolveu-se não os aceitar pelo que esses trabalhadores continuaram a apresentar-se ao serviço. Por esse motivo foi várias vezes chamada a Guarda Nacional Republicana a pretexto de desordem na clínica. É de salientar que, em fins de Setembro, a po-

pulação de Carnaxide deu o seu apoio a uma concentração de trabalhadores à porta da clínica, exigindo o pagamento dos salários.

Até Dezembro continuaram as irregularidades de pagamento, as ameaças de falência, as manobras tendentes a dividir os trabalhadores, tendo aparecido, numa reunião no Ministério do Trabalho para resolver o problema, um grupo de enfermeiras a defender os interesses dos patrões, entrando e saindo com estes da reunião. Entretanto gozavam-se todas as tentativas que os trabalhadores faziam à secretaria de Estado da Saúde para imediata nacionalização da clínica.

## PARALISAÇÃO

Em fins de Dezembro (28) perante o não pagamento de salários e do 13.º mês decidiram os trabalhadores não pactuar mais em negociações e estiveram com o patronato e decidiram-se por uma paralisação geral do trabalho tendo avisado com certa antecedência os 5 médicos patrões para que se pudessem evacuar os doentes da clínica. Apenas ficaram 4 doentes considerados intransportáveis e para os quais haveria a garantia do tratamento de emergência e unidades gerais, uma vez que o apoio dos médicos residentes (que garantiam o tratamento de emergência a doentes internados e de urgência) já tinha sido dispensado em Setembro.

## OS TRABALHADORES TOMAM CONTATO DA CLÍNICA

A paralisação e a ocupação da clínica foram efectivadas no dia 28 de Dezembro. A reacção da população de Carnaxide e arredores foi de solidariedade total. Fizeram-se piquetes no exterior da clínica para evitar saída de material, com o auxílio de populares que também ofereceram comida e dinheiro. Surgiram várias propostas para o aproveitamento da clínica e todas passavam por um ponto: a nacionalização, (única forma de garantir o emprego e de pôr a clínica ao serviço da população).

# Não às sobrecargas de trabalho

**ORIENTAL — TECER MAIS PARA O PATRÃO VIVER MELHOR**

Na Fábrica Oriental, do ramo dos têxteis, situada em Xabregas houve, como em quase todo o lado, aumentos (magros) nos magros salários.

Mas quem não ficou satisfeito com a diminuição de lucros que isso lhe trouxe foi o patrão, que tratou de arranjar processo de recuperar o que perdesse. Assim, propôs logo um aumento de ritmos de trabalho com ligeiro aumento de salários: cada operário que trabalhava até aqui com dois «contínuos» (máquinas com vários fusos), passaram agora a trabalhar com três. O trabalho, que já era pesado, passou a pesadíssimo. E esta medida não parece ser das mais adequadas às «necessidades nacionais» (sempre tão citadas pelos patrões quando lhes interessa) num momento em que o desemprego assume proporções muito graves.

Em resposta a este procedimento o C.O.Z. de Moscaide distribuiu um comunicado onde a certa altura se lê:

Camaradas:

Numa altura em que existem em Portugal 120 000 desempregados, a nossa resposta só pode ser uma: **não às sobrecargas de trabalho! Sim ao aumento de pessoal!**

Só porque o patrão nos acena com mais uns tostões ao fim do dia, não vamos permitir que ele nos sobrebre com trabalho, enquanto que companheiros nossos vivem na miséria, desempregados!

E porque o patrão ameaça com despedimento a quem não aceitar, não nos deixaremos intimidar!

**Não às sobrecargas de trabalho!**

**Não aos despedimentos!**

**Abaixo a exploração capitalista!**

**Viva a classe operária!**

**COMITÉ OPERÁRIO DA ZONA DE MOSCAIDE DO MOVIMENTO DE ESQUERDA SOCIALISTA**





# serviço cívico

1. A posição dos NEIP, face ao ingresso dos alunos do 1.º ano na Universidade, tem sido clara:
  - Defendemos a entrada dos 28.000 estudantes na Universidade
  - Negamos o serviço cívico do MEC.
  - Mas defendemos uma saída organizada de todos os estudantes das escolas.
  - porque apuramos claramente e na prática que os estudantes não se recusam a sair do seu guetto.
  - porque é chegado o momento de pormos frontalmente em causa as estruturas do ensino capitalista.
  - porque num momento em que um amplo movimento de massas se ergue contra os despedimentos contra o custo de vida, contra a reacção capitalista. Os estudantes têm de recusar ficar fechados nas escolas têm que sair para a rua colocando todas as suas disponibilidades e potencialidades ao serviço dos trabalhadores pela sua emancipação pelo socialismo.

## 1

Esta perspectiva foi criticada a vários níveis: para uns seria como que um novo serviço cívico encapotado agora sob a forma de «saída organizada»; para outros a proposta seria demasiadamente vaga, abstracta não apresentando pontos concretos de actuação.

Queremos deixar bem claro que relativamente ao primeiro tipo de críticas, que a diferença entre a proposta do MEC de «ligação do estudo ao trabalho» tramada no Gabinete, imposta aos estudantes do 1.º ano e a nossa que liga a prática escolar à luta dos trabalhadores, que é controlada pelos estudantes e, portanto, assumida conscientemente, é a diferença que vai entre uma proposta tecnocrática levemente reformista e uma perspectiva revolucionária de ligação do movimento estudantil à prática anticapitalista das classes trabalhadoras.

Para nós, organizar uma saída das escolas é neste momento a única forma de responder clara e massivamente à crise de dominação política e ideológica das classes dominantes nos aparelhos escolares.

Neste momento os estudantes não podem ficar pacificamente a estudar nas escolas (por mais à «esquerda» que seja esse estudo), enquanto lá fora, nas fábricas, nos campos, nas ruas, os trabalhadores jogam batalhas decisivas na luta pela sua emancipação. No entanto, não entendemos essa saída como algo que nos afaste da reflexão

teórica, da síntese científica das nossas experiências práticas.

É pensando na ligação e inter-acção destes dois aspectos que nós poderemos tentar avançar na clarificação da proposta que temos defendido. Que fique desde já claro, no entanto que nós pensamos e sempre defenderemos que é às massas estudantis, às sua imaginação e capacidade de criação, com competência clarificar totalmente a sua prática.

## 2

Todavia poderemos avançar desde já com algumas listas de saída, que mais do que fotocópias completas deverão servir como projectos de intervenção a ser discutidos reformulados e defendidos:

a) A saída organizada dos estudantes não deve ser entendida novamente como um estudo «in loco» de uma sociedade laboratório nem como uma saída de apoio moral às lutas de trabalhadores, mas sim como uma intervenção real, activa no processo político, na luta e na construção de melhores condições de vida para os trabalhadores, na luta pela construção de uma cultura popular, etc.

b) Esta saída não deve virar-se para apenas alguns sectores e actividades das classes trabalhadoras, mas deve antes fazer-se sentir em todos os locais onde é real a exploração e opressão. Assim, tanto os campos, como a cidade, como as zonas marginalizadas das cinturas urbanas, são espaços onde a intervenção estudantil se deve

fazer sentir, no combate à organização capitalista da sociedade e na tentativa de construção de uma cultura popular comum.

c) O trabalho manual dos estudantes apenas deve ser efectivado quando isso for decidido comumente por estudantes e trabalhadores.



d) Os locais de saída dos estudantes devem ser estudados e escolhidos previamente, depois de amplo debate e devem obedecer a uma coordenação global quer pelas escolas quer interligadas criando brigadas de intervenção comuns inter-escolas.

e) O apoio governamental a estas saídas deve ser exigido de modo a possibilitar em termos económicos a intervenção estudantil, garantindo a gratuitidade dos transportes e dos alojamentos, etc.

f) Esta intervenção deve ser ininterrupta, combatendo assim a divisão reaccionária da existência estudantil (entre 9 meses de aulas e os 3 meses de férias), pois que se a escola puder ser uma base para a luta dos estudantes ao lado dos trabalhadores, ela não deve ser encerrada, pois a «luta das classes não vai para férias».

g) A concretização prática desta saída organizada deverá ser estruturada a dois níveis diferentes:

1.º Ligação a lutas concretas dos trabalhadores e que, portanto, não se prende directamente com a especificidade de cada escola e que passa por:

— ligação com comités de empresas e de fábrica, comités de greve, comissões de moradores e de bairro, juntas de freguesia, sindicatos... através de processos concretos de luta, ou dum plano coordenado de acção...

— apoio a uma campanha generalizada de luta contra os despedimentos e contra o aumento do custo de vida.

2.º Ligação com os problemáticas da exploração capitalista que terá de ter em conta os conteúdos específicos do ensino em cada faculdade, instrumentali-

zando os seus apoios teóricos à prática quotidiana de luta das massas trabalhadoras.

Esta ligação só poderá avançar em claros termos anticapitalistas se apontarmos para uma dupla crítica:

— crítica ao obreirismo que não se apercebe que a ideologia burguesa e reaccionária ainda está embrenhada em muitos trabalhadores e que o movimento estudantil tem efectivamente potencialidades revolucionárias.

— crítica ao paternalismo que não se apercebe que mais do que ensinar os estudantes tem muitos a educar-se com a prática revolucionária da classe operária e de todos os explorados e oprimidos.

— crítica ao paternalismo que não se apercebe que a ideologia burguesa e reaccionária ainda está embrenhada em muitos trabalhadores e que o movimento estudantil tem efectivamente potencialidades revolucionárias.

— crítica ao paternalismo que não se apercebe que mais do que ensinar os estudantes tem muitos a educar-se com a prática revolucionária da classe operária e de todos os explorados e oprimidos.

## 3

A saída organizada das escolas para que não seja levada a cabo artificialmente terá que ter em conta os conteúdos específicos do ensino avançados em cada faculdade.

A. Em Direito abre-se um campo de intervenção bas-

tante rico no domínio da criminologia, que poderá passar pela desmontagem da questão da delinquência enquanto processo eminentemente político, da questão dos delitos contra a propriedade ou contra a família, por um trabalho junto dos estabelecimentos prisionais civis que desmascare o seu papel de máquinas de opressão de classe. Um papel importante poderão ter certos tipos de apoio jurídicos a sindicatos, organizações de trabalhadores, etc.

B. Em Letras, cujo estudo é essencialmente virado para as questões da produção cultural e da veiculação ideológica dos valores burgueses um papel importante poderá ser o de uma dinamização cultural junto das populações nomeadamente de província, não no sentido de democratizar e massificar a cultura burguesa, mas no sentido de difundir e dar corpo a formas de expressão de cultura popular, de condensar todos os contributos que possam dar origem a um novo tipo de cultura e de valores em estrita ligação com o quotidiano da luta dos trabalhadores.

C. Nas Escolas de Economia essa ligação pode-se estruturar a partir de comissões de controlo de preços e denuncia da inflação, como formas de apoio a Cooperativas controladas pelos trabalhadores, como denuncia teórica da exploração, apontando

estudos de classes em Portugal.

D. Nas Escolas de Medicina, formação de brigadas sanitárias em apoio a comissões de trabalhadores e de bairro, de freguesia, fundamentalmente controladas por estes... desmontando a medicina liberal...

## 4

Como dissemos atrás, estas propostas não são de modo nenhum um projecto acabado e completo, o qual se poderá sair da plena mobilização de todas as capacidades criativas e de imaginação das massas estudantis, empenhadas em romper definitivamente o isolamento para onde as quer remeter o capital e em introduzir alterações decisivas no estudo e nas relações que este deve manter com os conflitos que se jogam a nível global da sociedade.

Defendemos à entrada dos 28.000 estudantes na Universidade!

Negamos o serviço cívico do MEC.

Mas defendemos uma saída organizada de todos os estudantes das escolas!

N.E.I.P.

### PROPOSTA APROVADA EM PLÊNÁRIO

Considerando:  
As perspectivas enunciadas no Comunicado à População apresentado a este Plenário, e ainda as propostas aprovadas nas reuniões do 1.º ano do Técnico, Letras, Belas-Artes, Farmácia, Ciências, bem como nas RGA's do ISE; ISCTE, Ciências, Letras, Técnico e curso de Economia do I.S.C.P.

Os estudantes de Lisboa, reunidos em Plenário a 14.1.75,

- 1) Exigem a entrada imediata de todos os estudantes candidatos ao 1.º ano nas respectivas faculdades.
- 2) Manifestam o seu apoio à recusa aos «serviços cívicos» anunciados pelo MEC.
- 3) Decidem organizarem-se conjuntamente com os estudantes do 1.º ano, no sentido de avançar com as saídas organizadas da escola em apoio às lutas que os trabalhadores levam a cabo.
- 4) Apelam para que, nas diversas escolas, nos cursos e em RGA's, todos os estudantes de Lisboa se lancem na discussão aprofundada sobre o conteúdo, os objectivos e a forma como se deve processar essa saída autónoma dos estudantes.
- 5) Convocar para 5.ª-feira, às 15 horas no Técnico, um novo Plenário, para que se proceda à síntese das discussões havidas e se tirem as conclusões necessárias ao avanço do processo.
- 6) Decidem, no sentido de começar a concretizar os pontos anteriores, arrancar ainda hoje deste Plenário em manifestação, com o fim de informar os trabalhadores.



# EM DEFESA DAS COMISSÕES DE MORADORES

O projecto de diploma para a legislação das Comissões de Moradores, proposto pelo Governo Civil de Lisboa, e recebido de mãos abertas pelo M. D. P./C. D. E. e pelas «suas» juntas de freguesia é, fundamentalmente, mais uma tentativa de recuperação da influência partidária junto das Comissões de Moradores por parte das organizações reformistas que dominam as juntas de freguesia do Distrito de Lisboa.

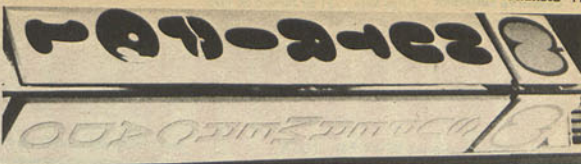
Convém lembrarmo-nos brevemente da forma como nasciram as comissões de moradores para percebermos o alcance do actual projecto. De facto grande parte das comissões de moradores surgiram após o «assalto» às anteriores juntas de freguesia fascistas, por iniciativa geralmente do M. D. P./C. D. E. (então movimento «aberto») ou dos seus militantes nas juntas de freguesia. Em alguns locais o processo de formação e de dinamização das comissões de moradores correspondeu uma efectiva mobilização popular, mas, na grande maioria dos casos as comissões de moradores, formadas para confiarem e não para terem espírito classista e reivindicativo, pouco mais eram do que veículos da propaganda do M. D. P./C. D. E. junto das populações. Estavam neste caso sobretudo as comissões de moradores de zonas de habitação citadinas ou de zonas dos arredores em que não houvesse carências comuns que se pusessem de forma extremamente aguda e urgente. Já em grande parte dos bairros de lata da zona de Lisboa, grande parte das comissões de moradores se formaram de forma espontânea e dentro de um espírito claramente reivindicativo em relação ao Governo.

Mas em qualquer dos casos o certo é que as comissões de moradores desde que correspondiam a populações com carências graves e idênticas são formas de organização com capacidade de adquirir uma identidade reivindicativa e de classe porque são portadoras das condições miseráveis de vida dos explorados e chocam-se a todo o momento com a incapacidade de resposta do sistema. Tendem por isso a escapar à política reformista (não certamente de forma meramente espontânea) que, de vez em quando vê necessidade de certas «investidas», regra geral para amortecer as reivindicações e sempre para aumentar o seu poder de aparelho e a evitar a formação de poderes populares — isto é, da capacidade dos moradores para se mobilizarem para a defesa

dos seus interesses. Foi assim que assistimos à «operação» Jornadas Democráticas em que o MDP tentou reduzir o seu afastamento das populações, quando optou por se transformar em partido. Foi assim que assistimos em fins de Novembro à orientação por parte da Presidência da Câmara no sentido de transformar as Comissões de Moradores de modo a passarem a canalizar as suas pressões através das juntas, orientação que justificou mais umas «investidas» das juntas (e dos militantes do MDP) em comissões e assembleias de moradores.

O presente diploma atubui como funções das comissões de moradores um conjunto de acções de dinamização no campo da cultura, da habitação, dos transportes, do controlo de preços, do equipamento social e a criação, coordenação e gestão colectiva de certo tipo de serviços (creches, parques infantis, instalações desportivas) assim como o lançamento de outras formas de organização colectiva como cooperativas e associações de moradores. De onde se conclui que, à parte certos campos, memórias, às comissões não corresponde nenhum campo específico sobre o qual possam decidir, não corresponde nenhum «poder social legalizado».

Mas não é este primeiro aspecto o decisivo, já que os poderes reais resultarão do amadurecimento das Comissões de Moradores e dos campos onde conseguirem alargar as suas conquistas. As leis podem vir consolidar os avanços das populações ou pelo contrário, o tipo de ligação com as juntas de freguesia que é proposto no projecto de diploma. Diz-se que as Comissões de Moradores terão dois representantes nos conselhos de moradores que são órgãos com funções consultivas face à Junta de Freguesia. Pergunta-se que ganham as comissões de moradores que querem novos bairros, novas escolas, novos postos de saúde, em se dirigirem às juntas de freguesia, que mal têm dinheiro para pagar os funcio-



Continuação da pág. 12

Os trabalhadores que foram explorados o mais possível, para encher os bolsos de doutores e de patrões até Abril de 74, não são agora nada mais, para os accionistas, senão marionetes que arumam bem arrumadinho o equipamento, que entregam chaves, que recolhem viaturas, que oferecem os cofres...

Pretendia o patronato, quando adquire a Agostinho e Alves Lt.ª, firma pequena e deficitária, mas um instrumento valioso para negociatas obscuras que, rolando sob a carne dos trabalhadores, propiciasse a riqueza dos «espertos». A grande feada dos 500 accionistas (que por serem muitos se reclamavam de capitalistas democráticos, como se uma quadrilha fosse menos má que um ladrão só, era a especulação. Interessava fazer crescer de fachada os empreendimentos, escondendo os défices galopantes, para que (com evidentes conivências) se pudessem atrair os créditos bancários.

Os supermercados eram boa forma para o negócio, já que, pagando o consumidor a prazo e podendo aos fornecedores o pagamento ser feito a prazo, muito dinheiro circulava no entre-tanto, em especulações na bolsa, terrenos, etc... Para tanto dispôs a Nutri-pol de uma administração disciplinada e eficiente de quem os trabalhadores exigem o imediato afastamento na sua totalidade.

Não querem ver novos dinheiros, e eles próprios, geridos pelas mesmas pessoas que, na obediência aos interesses dos patrões, a tudo se prestaram. Em Abril de 74, com o retraimento da Banca e o fecho da Bolsa, a verdadeira imagem da empresa apareceu a claro e os trabalhadores, em risco de não serem satisfeitos os seus vencimentos, resolvem pagar-se a eles próprios com o produto das vendas.

Mas os créditos começam a fechar-se e, assim, a esgotarem-se as mercadorias. Ocupam as instalações mas vêem não só fugir-lhes o 13º mês, como também a necessidade de redução dos ordenados.

Há uma hipótese de empréstimo por parte do Banco do Fomento que é rejeitada unanimemente pelos trabalhadores no caso da gerência não ser afastada.

A comissão de trabalhadores elabora agora esforços para a intervenção urgente do Estado, sem a qual se vê perigar rapida-

mente a sobrevivência dos 350 trabalhadores das 13 lojas e supermercados Nutri-pol.

A luta da Nutri-pol é a luta dos trabalhadores pela sua emancipação.

A luta pelo Socialismo não é possível senão passando pela luta concreta nos locais de trabalho contra a exploração capitalista.

É na sua experiência prática que os trabalhadores aprendem a avançar decididamente e a lutar, com as melhores armas e da melhor maneira, pelos seus interesses de classe.

Esperar dos patrões, como o presente, o fim da exploração, não passa pela cabeça de ninguém. Seria, no caso da Nutri-pol, como acreditar que o sr. Dr. Fernando Müller, que ao tempo de Salaar foi director da FIL, que tem até agora sido administrador daquela empresa, com todas as qualidades inerentes e é tipo importante do PPD, pudesse algum dia representar fosse onde fosse um único interesse que não seja o da burguesia exploradora.

Além do mais o trabalha-

dores não podem, em momento algum da sua luta dispensar-se de intervir efectivamente em tudo o que lhes diz respeito, repudiando os que oportunisticamente a eles se queiram apresentar como capazes de levar a bom fim as tarefas que só aos trabalhadores competem.

Assim, não podem permitir que o Estado decida por eles e muito menos que forneça aos capitalistas associados balões de oxigénio que lhes permitam reanimar e perpetuar a exploração.

A nossa missão imediata é, pelo contrário, a de por todos os meios asfixiar essa cambala vampírica.

Que o Estado nacionalize, mas que sejam os trabalhadores organizados, a força decisiva na empresa, sem paternalismos estranhos nem demagogias, que só podem conduzir a sistemas novos ou velhos mas de exploração.

Assim, a luta dos trabalhadores da Nutri-pol é parte integrante da luta de todos os trabalhadores pela sua emancipação e construção de uma sociedade sem classes — o COMUNISMO!



## Esquerda Socialista

Assinatura

6 meses — 7500  12 meses — 15000  apoio — 30000

Estrangeiro (Europa) 27500

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Profissão \_\_\_\_\_

Rua Rodrigues Sampaio 79, r/c, Lisboa, telef. 535438

# CONTROLE DA PRODUÇÃO E OS PREÇOS BAIXARÃO

O controlo dos preços significa principalmente uma forma de manter o poder de comprar dos salários — e evitar por conseguinte que o patronato recupere no aumento dos preços dos produtos e dos serviços o que perdeu nas reivindicações salariais depois do 25 de Abril. Embora, é claro, seja na fábrica e no local de trabalho que se jogue verdadeiramente a luta contra a exploração capitalista.

Controlar os preços constitui, pois, uma forma de não permitir que se agravem as condições de vida das massas trabalhadoras, e é assim o aspecto secundário da luta contra a exploração.

O controlo dos preços deve ser feito a partir das organizações autónomas de trabalhadores nas fábricas, denunciando publicamente as contas da empresa sempre que esta pretenda aumentos nos preços dos produtos. O Decreto-Lei n.º 329/74 institui a possibilidade de um parecer por parte dos trabalhadores à Direcção-Geral de Preços a sempre que a respectiva empresa pretenda aumentos. Tal parecer implica pois um acesso dos trabalhadores às contas

de haver a certeza de que os interesses dos trabalhadores serão defendidos quando forem os próprios trabalhadores a avançar e a responsabilizarem-se.

Eis um caso concreto divulgado pela comissão coordenadora dos trabalhadores da FIMA-LEVER-IGLO relacionado como decreto em causa.

Este caso surge a propósito do pedido de autorização para aumentar os preços por parte dos produtores de margarinas.

O prazo que os trabalhadores dispuseram para estudar o assunto, arranjar os elementos necessários e discutir a questão do aumento de preços era perfeitamente insuficiente. (Se bem que a Direcção-Geral dispusesse de um período de 60 dias para estudar o assunto e proceder às consultas com os trabalhadores e com o sindicato — note-se ainda que o mesmo prazo previamente acordado de uma semana, foi depois encurtado pela própria Direcção-Geral de Preços.)

Além disso, a Direcção-Geral cedeu perante as exigências da administração da firma de não consentir que os trabalhadores metessem em campo os peritos sindicais — embora tal fosse consentido por lei — nem sequer dando conhecimento à Comissão de Trabalhadores dessa mesma prerrogativa.

Também o Ministério da Economia impôs (de comum acordo com a administração) que os trabalhadores só teriam acesso aos elementos fornecidos pela própria administração, que não teriam acesso às ligações da em, resa com outros grupos económicos e que a análise só poderia ser meramente económica.

## TRABALHADORES RECUSAM A FARSAS DA CONSULTA

Vejamos algumas das



mais importantes questões que os trabalhadores levantam:

Não é no fim do processo, quando tudo está praticamente feito e, se calhar, decidido, que as comissões de trabalhadores devem ser ouvidas.

As 2 empresas não podem ser consideradas independentemente dos grupos económicos a que pertencem.

É necessário que se saiba o que aconteceu aos lucros elevados nos anos que os tiveram.

Constituiram-se reservas?

Onde foram empregues esses lucros, em investimentos com interesse para a firma ou para a economia nacional?

Ora se a Secretaria de Estado de Abastecimento e Preços está atrasada, e nós sabemos que sim, não é culpa dos trabalhadores. Nós sabemos que o Decreto-Lei n.º 329 A/74, dá à Secretaria de Estado 60 dias para dar o seu parecer sobre o pedido de aumento de preços. Findo esse prazo, ou prorrogação, o aumento pedido pelas empresas está automaticamente em vigor.

E trabalhadores perguntam:

Mas se esse prazo estava no fim, para que foi chamada a Comissão de Trabalhadores? Para «parecer», que ela participava no processo? Para invocar essa participação no momento de justificar o aumento de preços?

Que outra coisa podemos chamar à consulta que nos fizeram senão FARSA?!

A partir de agora é preciso que os trabalhadores exijam a sua participação nos processos de aumentos de preços.

O Ministério da Economia tem de estar ao serviço do povo, e, neste caso como em muitos outros, esteve somente ao serviço do capital.

E porquê, camaradas, ao serviço do capital? Quem vai beneficiar com todos estes aumentos de preços de produtos de 1.ª necessidade? São os trabalhadores? NÃO. Até quando terão os sempre explorados de suportar a ganância dos capitalistas?

Atenção, camaradas, somos nós trabalhadores que temos de estar atentos e lutar pela melhoria do nosso nível de vida, porque os explorados não o vão fazer — NUNCA O FIZERAM — NUNCA O FARÃO!...

Nos supermercados Nutriplol, onde os trabalhadores estão sendo vítimas do sistema em que vivemos, o capitalismo, encontramos ensinamentos vivos de unidade concreta, única força capaz quando organizada e correctamente conduzida, de atingir os fins que interessam a quem tudo produz e nada tem.

## NUTRIPLOL: UM EXEMPLO DA EXPLORAÇÃO CAPITALISTA

A crise da Nutriplol é um exemplo típico e consequência da exploração capitalista, que sendo baseada na obtenção do lucro máximo, não pode sequer ter em conta os interesses dos trabalhadores num só acto da sua existência.

Leiamos a Ordem de Serviço n.º 401 em que a Assembleia Geral dos Accionistas realizada em Janeiro de este ano comunica a falência da empresa, e repare-se como nem uma palavra nem uma única referência se faz à existência das centenas de trabalhadores que ficarão no desemprego, se não suboessem como responder ao capital:

Em virtude de a Assembleia Geral dos accionistas da NUTRIPLOL, realizada em 9 de Janeiro de 1975, ter deliberado a apresentação da Empresa à falência, comunica-se que a actividade geral da Empresa cessa, hoje dia 9 de Janeiro de 1975, às 12 horas.

Por tal motivo determinase:

1. Aos senhores gerentes das lojas

1.1 O depósito nas contas bancárias da empresa da totalidade dos fundos existentes nas lojas e consequente comunicação à administração das verbas depositadas, mediante apresentação dos respectivos talões.

1.2 A elaboração de uma relação dos produtos perecíveis que se encontrem nas lojas após o encerramento, que deverá ser enviada para a Administração.

Os referidos produtos deverão ser colocados em ambiente apropriado de conservação.

1.3 A entrega imediata à administração das chaves das portas das lojas e dos cofres.

2. AO senhor gerente do armazém central:

2.1 A recolha das viaturas no interior do armazém e a entrega à administração das respectivas chaves e documentos.

2.2 A entrega imediata à

administração das chaves das portas e do cofre.

2.3 A entrega imediata à administração dos valores existentes em cofre, de que passará o respectivo recibo e efectuará o depósito em conta bancária da empresa.

No caso de não existir qualquer valor em cofre deverá entregar uma declaração em conformidade.

3. Ao senhor Joaquim MariaCardigo:

3.1 A entrega imediata no armazém central das viaturas adstritas ao seu serviço; sendo possível as viaturas ficarão recolhidas no interior do armazém.

As chaves e documentos das viaturas serão seguidamente entregues à administração.

3.2 O depósito imediato em conta bancária da empresa dos fundos em seu poder e em poder do pessoal ao seu serviço, e a entrega à administração do talão de depósito, bem como de toda a documentação em seu poder relativa ao seu fundo de maneo.

4. Ao senhor chefe da tesouraria:

4.1 O depósito imediato em conta bancária da empresa dos valores em cofre e comunicação à administração da verba depositada, mediante apresentação do talão de depósito.

4.2 A entrega imediata à administração da chave do cofre do escritório.

5. Ao pessoal da conservação

5.1 A entrega imediata à administração de todo o equipamento e materiais em seu poder, que passará os respectivos recibos.

6. Ao pessoal do escritório que possua chaves das portas das instalações e de equipamento a sua entrega imediata à administração.

7. Ao pessoal utente das viaturas do escritório a recolha imediata das viaturas na cave do edifício e a consequente entrega das respectivas chaves e documentos à administração. Lisboa, 9 de Janeiro de 1975

O administrador delegado, (A. Escarja Gonçalves)

Continua na pág. 11



das empresas e deve, quanto a nós servir como factor de mobilização e discussão operária e só pode contribuir significativamente para o alastrar do controlo popular (nos locais de habitação e nas Comissões de Moradores) se face a cada caso concreto as Comissões de Trabalhadores tornarem pública a discussão, contribuindo para o avanço da consciência política dos trabalhadores e que só po-



Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista Compacto e Impressão em Renascença Gráfica, S.A.R.L. Rua Luz Soriano 44, Lisboa Jornal semanal 7 ptdas às 4.ª, 5.ª, feiras